

# PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO



NÚMERO 25  
NOVEMBRO 2008  
R\$ 15,00



# RELOAD

**Clima, finanças, energia. O mundo mudou,  
falta mudar a visão de mundo**

Você sabe como  
direcionar parte do  
seu IR para  
projetos sociais?

O Amigo Real sabe.

**Amigo  
Real**  
2008



FOTO: PAULO LEITE



Projetos apoiados pelo Programa Amigo Real

*Vem com a gente.*

**Adesão de 17 a 28/11.**

▶ **Participe! Seja um Amigo Real.**

Acesse [www.bancoreal.com.br/amigoreal](http://www.bancoreal.com.br/amigoreal) e saiba como.

Fazer mais pelo futuro de milhares de pessoas. Muita gente quer, mas às vezes nem sabe como. É por isso que existe o **Amigo Real**, um programa que facilita aos clientes do Banco Real o direcionamento de parte do seu Imposto de Renda devido diretamente aos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Baseado na Lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os recursos são integralmente enviados aos Fundos da Criança e do Adolescente. Pessoas físicas que declaram pelo formulário completo podem destinar até 6% do IR devido, e empresas tributadas pelo lucro real, até 1%. Pessoas isentas ou que declaram pelo formulário simplificado também podem participar do Amigo Real com doações.

O banco da sua vida

**BANCO REAL**  
GRUPO SANTANDER

# Hora do mundo real

**Se alguém** se dispusesse a medir a Felicidade Interna Bruta (FIB) do mundo hoje, o resultado provavelmente seria chocante. É de se perguntar quem consegue ser totalmente feliz – mesmo no Butão, que lançou a idéia da FIB para espelhar a crença de que não há desenvolvimento material sem o espiritual – em um mundo onde apenas um país, os Estados Unidos, concentra 58% das famílias que ganham mais do que US\$ 200 por dia e onde mais de 300 milhões de pessoas só na China não têm acesso à água potável, como mostra o Atlas do Mundo Real, recém-publicado por pesquisadores britânicos e americanos.

No atlas, os diferentes territórios assumem tamanhos relativos, de acordo com o tópico de interesse – de emissões de gases de efeito estufa ao arsenal de armas nucleares de cada um. Mas o que salta aos olhos é a complexidade do mundo que criamos. O recente vendaval nos mercados financeiros adiciona um ingrediente a esta percepção – estamos todos ligados, dos americanos com muito dinheiro no bolso aos chineses sem água para beber, sem falar nos brasileiros que se escondem atrás de muros e vidros fumê e seus contrerrâneos que teimam em transpassar os mesmos muros e vidros.

Se compartilhamos os riscos do mercado financeiro – como ficou evidente com os resgates que sugaram trilhões de dólares dos contribuintes –, é preciso urgentemente compartilhar também soluções para emergências como as mudanças climáticas e a dependência do petróleo. A visão de que a crise financeira atrapalha a construção conjunta para lidar com os problemas complexos do presente ignora justamente o que está impresso até em atlas: o mundo mudou. O futuro virá bater à nossa porta.

Com a crise, é premente nos debruçarmos sobre o processo de encontrar soluções, mesmo sabendo que elas podem ter conseqüências não intencionais. Como serão construídas estas soluções, e que cara terão, ainda é uma incógnita, mas a aposta desta revista é que, a partir delas, será possível algum dia imprimir o mapa do mundo segundo a Felicidade Interna Bruta.

Boa leitura

**PAGINA 22**

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni  
COORDENADORA-ADJUNTA Rachel Biderman

EDITORAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flávia Pardini  
REPÓRTER Carolina Derivi

EDIÇÃO DE ARTE  
Marco Cançado, Dora Dias (Banana Biônica Design)

EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi  
ILUSTRAÇÃO Janaina Tokitaka

REVISÃO José Genulino Moura Ribeiro  
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

RELAÇÕES PÚBLICAS Jaqueline Santiago  
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina D'Angelo,  
Ignacy Sachs, Regina Scharf

ENSAIO FOTOGRÁFICO Christiana Carvalho

JORNALISTA RESPONSÁVEL  
Amália Safatle (MTb 22.790)

MARKETING E PUBLICIDADE

SÃO PAULO: Bernardo Leschziner (11) 8926-1415  
e Monica Carboni (11) 8104-1632

RIO: Ricardo Luttgardes (21) 2204-2311  
BRASÍLIA: Charles Marar Filho (61) 3321-0305

MINAS GERAIS: Alvaro Rocha e Rosina Bernardes (31) 3261-3854  
SUL: Leoni Zaveruska (51) 3245-1807

NORTE/NE: Luciano Moura (81) 3466-1308  
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Alameda Itu, 513 - CEP 01421-000 - São Paulo - SP  
(11) 3284-0754 / redacao@pagina22.com.br

ASSINATURAS E REPARTES CORPORATIVOS  
(11) 3284-0754 - www.pagina22.com.br  
assinaturas@pagina22.com.br

IMPRESSÃO Posigraf

DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição  
DISTRIBUIÇÃO BANCAS Fernando Chinaglia

CIRCULAÇÃO LM&X

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO JORNALISTA  
(11) 3865-3832

NÚMEROS AVULSOS

(11) 3284-0754 ou assinaturas@pagina22.com.br

CONSELHO EDITORIAL

Aron Belinky, Gladis Ribeiro, José Carlos Barbieri, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães, Roberto Waack, Tarcila Reis Ursini

CONSELHO CONSULTIVO GVCS

Fabio Feldmann, Heloisa Bedicks, Luiz Maia, Paulo Vanca, Ricardo Young, Sergio Esteves, Tamas Makray

Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e do GVces.

É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 10.000 exemplares



A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

CAPA: BRUNO BERNARDI



46



10



56



36



- 06 Notas
- 16 Reflexão
- 34 Análise
- 50 Retrato
- 60 Entrevista
- 64 Coluna
- 66 Última

## 10 Entrevista

Para Simon Zadek, o movimento da sustentabilidade tem na crise a chance única de influenciar o redesenho do sistema financeiro. Mas precisa criar novas competências e agir rápido

## 22 Mudanças Climáticas

Discussão sobre o Plano Nacional revela descompasso entre o governo e a massa crítica da sociedade civil

## 36 Petróleo I

Previsões que reforçam o velho paradigma fóssil vão na contramão da urgente agenda climática, na qual o Brasil poderia exercer forte liderança

## 46 Petróleo II

Apesar de controverso, o debate sobre o pico da produção do combustível indica que a saída energética para o mundo é diversificar

## 56 Crônica

Quebradeira financeira é uma boa hora para ver aquele “para onde caminha a humanidade” e que fim levou a tal felicidade

## [ DESENVOLVIMENTO I ]

## Turismo ou porto?

No início do ano, ao anunciar o Projeto Pedra de Ferro, que vai explorar minério de ferro no município de Caetité, no sudoeste baiano, os executivos da Bahia Mineração Ltda. (BML) citaram as condições favoráveis do mercado – os chineses concordaram em pagar até 70% a mais pelo produto brasileiro em 2008 – e o forte apoio do governo. Não era para menos: o empreendimento – que inclui a construção de um mineroduto ou ferrovia até Ilhéus e, ali, de um porto – foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Agora, com a crise financeira global e perspectivas de crescimento menor na China, restaram apenas o apoio do governo e muita polêmica em Ilhéus, onde o projeto levou à suspensão de investimentos do setor de turismo. Apesar disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou o projeto, em cerimônia em Salvador no fim de outubro.

“O governo quer manter o otimismo diante da crise e o

projeto é símbolo dessa resistência”, diz Rui Rocha, do Instituto Floresta Viva, uma ONG local. Ele alerta que as conseqüências não serão desprezíveis. “O porto vai alterar completamente o perfil vocacional da região.”

Para possibilitar a construção do chamado Porto Sul – que será *offshore*, a 3 quilômetros da orla – na Praia do Norte, o governo estadual desapropriou uma fração da Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Encantada e do Rio Almada, por decreto. A medida é contestada na Justiça pela Associação de Turismo de Ilhéus. A mesma região é alvo de empreendimentos turísticos – hotéis e unidades residenciais –, com investimentos estimados em R\$ 500 milhões. O PAC prevê ainda, para a mesma região, a construção do aeroporto internacional de Ilhéus. – *por Flávia Pardini*

## [ DESENVOLVIMENTO II ]

## A economia pós-cacau

Diante da decadência da cultura do cacau, que movimentou a região até os anos 80, Ilhéus diversificou sua economia: além do turismo, desenvolveu um pólo de informática, criou a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), descobriu as vantagens de sistemas agroflorestais, como a plantação sombreada de cacau na mata, e investiu em pesquisa para combater a vassoura-de-bruxa, fungo que dizimou a economia cacauera. Para Rui Rocha, presidente do Instituto Floresta Viva, ao priorizar o Porto Sul, o governo do Estado se precipita. “Está tomando uma decisão em nome de um setor e prejudicando setores já existentes, economias com vocação de auto-sustentabilidade”, afirma.

Para discutir as vocações da região de Ilhéus e os impactos do projeto do Porto Sul, a Uesc promove no dia 12 de novembro, em seu auditório, o debate “Porto Sul – Uma Visão Sistêmica da Sustentabilidade”, com participação prevista de representantes do Estado, da Bahia Mineração Ltda., do Ministério Público e de organizações não-governamentais. (FP)

## [ DESENVOLVIMENTO III ]

## Ambiente decisivo

O debate sobre o rumo para a economia de Ilhéus abre a oportunidade para que a questão ambiental seja fator determinante na decisão, acredita Alexandre Schiavetti, pesquisador da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), autor do laudo sobre Unidades de Conservação (UC) para o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do projeto do Porto Sul. Em sua avaliação, tanto a rede hoteleira prevista para a região quanto o Porto Sul resultariam em geração modesta de empregos. Já na área ambiental, os impactos seriam significativos.

Em seu relatório para o EIA, Schiavetti analisou os caminhos que o mineroduto ou a ferrovia podem percorrer para ligar Caetité a Ilhéus, onde será construído o porto. Um deles, considerado ótimo do ponto de vista de custo, afetaria cinco UCs: além da APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada, a APA Serra Grande-Itacaré, duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e o Parque Estadual da Serra do Conduru. Segundo o pesquisador, o projeto alteraria a conectividade entre os ecossistemas presentes nestas áreas, entre eles restingas, manguezais e mata.

Schiavetti afirma que os impactos ambientais dos empreendimentos turísticos seriam mais difusos. Caso o projeto do Porto Sul vá em frente, ele propõe que os empreendedores paguem uma boa compensação ao adquirir terras do Parque Estadual da Serra do Conduru – que ainda não foram desapropriadas – para que o Estado realize o manejo com o objetivo de conservar a biodiversidade. Schiavetti lembra que a região apresenta uma das maiores taxas de biodiversidade vegetal do mundo. O EIA do projeto do Porto Sul ainda não foi finalizado. (FP)

## [ HIDRELÉTRICAS ]

## Biodiversidade sem fio

Os ambientalistas do Cerrado estão preocupados com o futuro das Unidades de Conservação (UC) do bioma. Não devido a invasões ou desmatamento no interior das unidades, como se passa na Amazônia, mas pelo que acontece do lado de fora.

A combinação de inúmeros declives com uma farta hidrografia faz com que a Chapada dos Veadeiros, em Goiás, seja extremamente atrativa para empreendimentos hidrelétricos. A preocupação é que o excesso de barragens interrompa a conectividade dos sistemas ecológicos, essencial para manutenção da biodiversidade no interior das UCs.

“Os sistemas fluviais são uma conexão natural. Existem processos ecológicos essenciais que ocorrem ali, mas se você modifica completamente o fluxo, perde conectividade”, explica Cristiano Nogueira, biólogo e analista de biodiversidade da ONG Conservação Internacional (CI).

O próximo desafio é o projeto Mirador, ainda sob análise da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A usina barraria o Rio dos Couros, último rio livre entre os que cortam o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. O alarme foi soado por Peter Midkiff, morador da região, que vem se esforçando para demonstrar como o novo barramento pode isolar o parque, afetando sua capacidade de conservação. Mario Barroso, gerente do programa Cerrado da CI, entendeu o recado: “O parque precisa do seu entorno para manter a biodiversidade. O problema é que o modelo de licenciamento só considera um empreendimento e não o conjunto de todas as barragens”.

O Rio dos Couros pertence à Bacia do Tocantins, já dominada por grandes usinas, como Serra da Mesa, Cana Brava e São Salvador. Patrimônio Mundial Natural, segundo a Unesco, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros é reduto do Cerrado de altitude, vegetação que só existe naquela região. – *por Carolina Derivi*





[ INOVAÇÃO ]

Nossa sementeura

Da planta à planta: acaba de ser lançado no Brasil um papel que traz o conceito de ciclo fechado da natureza. Fabricado artesanalmente com a fibra da bananeira, contém sementes de hortaliças e presta-se à confecção de convites, envelopes, cartões de fim de ano, marcadores de livro. Depois de usado, se for "plantado" e cuidado corretamente, as sementes se transformam em mudas de rúcula, agrião e cenoura. O lançamento é uma aposta para as vendas de fim de ano do Grupo Eco, empresa nascida sob princípios da sustentabilidade que atua em eventos, marketing e comunicação.

Foi em um evento na Espanha que o fundador do grupo, Davis de Luna Tenório, conheceu a tecnologia do "papel-semente". Adaptou-a ao Brasil, associando-a um trabalho social. O papel é produzido por uma comunidade parceira da empresa em Itariri (SP), no Vale do Ribeira, em um processo que gera 16 empregos diretos. Para confeccioná-lo, são aproveitados os troncos de bananeira cortados depois que o pé produz os cachos. As fibras são processadas até formar uma pasta, onde

são colocadas as sementes. Prensada e seca ao sol, transforma-se em folhas de papel.

"Houve grande investimento humano no desenvolvimento da tecnologia. Testamos sementes de flores, mas as que responderam melhor, com germinação em oito dias, foram as hortaliças", conta Tenório.

O setor em que o Grupo Eco atua é um dos mais sensíveis à atual crise econômica. "Brindes e eventos sustentáveis são os primeiros itens que as companhias cortam na hora do aperto", diz ele. Mesmo assim, o empresário acredita que a crise será favorável a seus negócios. "Como ela está baseada em uma questão ética – hoje todos desconfiam de todos – haverá uma depuração e crescerá o espaço para as empresas realmente confiáveis e de fato comprometidas com a sustentabilidade." Como diria Gil, tem que morrer pra germinar. – por Amália Safatle

[ ONGs ]

Ligações perigosas

O universo das relações entre entidades ambientalistas e empresas de alto impacto ambiental sofreu um tremor em outubro, durante o congresso mundial da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), em Barcelona.

Seis entidades-membro lideradas pela Friends of the Earth International (Foe) apresentaram moção em que conclamam a diretora-geral da IUCN, Julia Marton-Lefèvre, a encerrar o contrato de parceria que a organização mantém com a petrolífera Royal Dutch Shell. Conforme os termos do contrato, a IUCN recebe cerca de US\$ 1,2 milhão por ano para custear

gastos operacionais. Em troca, deve assessorar a empresa a aprimorar sua responsabilidade socioambiental.

"As operações presentes, passadas e futuras da Shell têm impactos sociais e ambientais enormemente negativos e a reputação da Shell é altamente controversa no trato com comunidades vizinhas afetadas", diz a moção, acrescentando que o contrato de parceria representa um "alto risco reputacional para a IUCN".

Utilizando espaço para resposta na mesma moção, Julia Marton-Lefèvre argumenta que o encerramento do contrato pode desencorajar outras

empresas a dialogar com a IUCN e a atuar na área de conservação. Além disso, acrescenta que o término do contrato poderia acarretar "conseqüências financeiras imprevisíveis" para a organização.

Foe, a líder do motim, é crítica histórica das operações da Shell, especialmente na Nigéria, onde a empresa realiza queima de gás resultante da prospecção de petróleo, apesar de a atividade ter sido proibida pelo governo local desde 1969. A assessoria de imprensa da Shell foi procurada, mas até a conclusão desta edição não designou um porta-voz para comentar o episódio. (CD)

[ ENERGIA ]

Planeta Terra carbon free

Um cenário energético para os próximos 100 anos dificilmente pode ser preciso, mas permite vislumbrar quando será possível alcançar a oferta livre de combustíveis fósseis e emissão de gases de efeito estufa – caso se comece, desde já, a caminhar nessa direção por meio do desenvolvimento de fontes renováveis e de ganho de eficiência. É a mensagem dos autores de [R]evolução Energética: Perspectivas para uma Economia Global Sustentável, cenário desenvolvido pelo Centro Aeronáutico e Espacial Alemão por encomenda do Greenpeace e da Comissão Européia de Energia Renovável.

O documento, que acaba de ganhar uma segunda edição e está disponível em [www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br), é uma espécie de reação aos cenários da Agência Internacional de Energia (AIE), que projetam a oferta e consumo de energia com base no *business as usual*, comenta Ricardo Baitelo, coordenador da campanha de energias renováveis do Greenpeace (leia mais sobre energia às págs. 36 e 46).

"A AIE baseia-se no retrovisor para projetar o futuro. E,

para combater as mudanças climáticas, considera como alternativas a fonte nuclear e a captura e armazenamento de gases de efeito estufa no subsolo, o que nós do Greenpeace rejeitamos", diz.

O [R]evolução traça dois cenários. O chamado de Longo Prazo corta pela metade, em relação a 1990, as emissões até 2050, quando as fontes renováveis serão responsáveis por 56% da demanda global de energia primária, e de 80% da elétrica – a fim de manter em até 2 graus o aumento da temperatura. E o Avançado prevê corte total das emissões em 2080.

Para dar conta dessa realidade, novos empregos terão de ser criados. Segundo a Comissão Européia, o mercado de energia renovável movimenta US\$ 70 bilhões anualmente e dobra de tamanho a cada três anos. Na visão de Baitelo, a tendência é que as fontes renováveis se tornem mais baratas do que as fósseis, pois cedo ou tarde estas vão se exaurir e serão objeto de taxações crescentes, enquanto o desenvolvimento tecnológico cada vez mais viabilizará as alternativas. (AS)

**EMPREENHIMENTO IMOBILIÁRIO ECOLÓGICO**  
a 300 metros da praia, no sul da Baía e próximo ao santuário ecológico do Arquipélago de Abrolhos! Nova Viçosa - BA

**Reuso de Recursos Hídricos**  
**Reciclagem de Lixo**  
**Energia Solar**  
**Preservação da Biodiversidade**

**Empreendimento Imobiliário Ecológico Caminho de Abrolhos**  
site: [www.caminhodeabrolhos.com.br](http://www.caminhodeabrolhos.com.br)  
e-mail: [contato@caminhodeabrolhos.com.br](mailto:contato@caminhodeabrolhos.com.br)  
Tel: (0\*\*11) 3376-9800

**INCENTIVE SOL**  
Incentivos para Soluções Sustentáveis

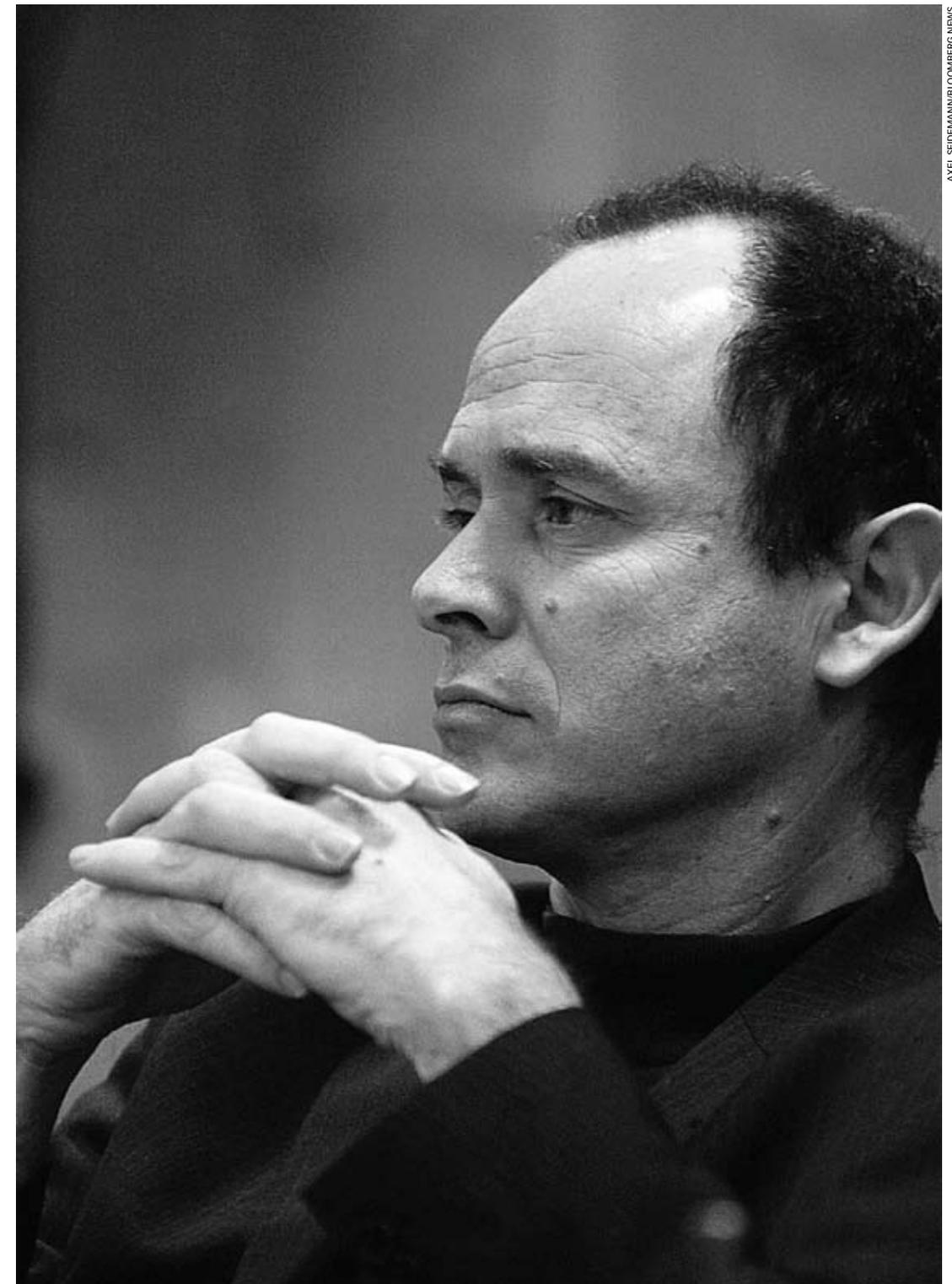
POR Flavia Pardini

## Em defesa do longo prazo

No cerne da crise do sistema financeiro global está a mesma visão de curto prazo que impede as empresas de adotar estratégias e práticas da sustentabilidade, aponta Simon Zadek, *chief executive* da AccountAbility, organização que promove a prestação de contas como caminho para o desenvolvimento sustentável. Para aproveitar a oportunidade única de mudar o *mainstream*, o movimento da sustentabilidade precisa influenciar, rapidamente, o pequeno grupo de pessoas que vai redesenhar o sistema financeiro. Já existem no mercado, lembra Zadek, experiências em que as decisões de investimento levam em conta a performance de longo prazo e os temas da sustentabilidade. É necessário alavancá-las.

**Quais os efeitos da crise financeira para a agenda da sustentabilidade?** A crise deixa boa parte da agenda da sustentabilidade sob estresse, em algumas instâncias, sob muito estresse. De outro lado, é um sintoma do mesmo conjunto de problemas que nos limita nas abordagens da sustentabilidade. Deveríamos vê-la como oportunidade de ir à raiz do problema.

**Qual é a raiz do problema, na sua visão?** Se focarmos no setor empresarial e na maneira com que a economia cria resultados ligados à sustentabilidade, é crucial o papel da comunidade de investimentos em decidir o que as empresas podem ou não fazer. Sabemos que o comportamento dos *traders* – gestores de fundos –, que buscam resultados de curto prazo ao competir uns com os outros em vez de investir na criação de



AXEL SEIDEMANN/BLOOMBERG NEWS

valor de longo prazo, é uma grande razão pela qual as empresas não podem abordar a sustentabilidade nas estratégias e práticas de negócio. O “curto-prazismo”, que limita a comunidade empresarial nas abordagens da sustentabilidade, é exatamente o mesmo que o desconto do risco que levou a comunidade de investimentos a essa bagunça em que se encontra. São uma mesma coisa. Da mesma forma que os gestores de

fundos são incentivados a buscar resultados de curto prazo – parte das razões por que estavam dispostos a comprar hipotecas *subprime*, securitizá-las e passá-las para a frente –, eles demandam performance de curto prazo de empresas que em outras circunstâncias se concentrariam em investimentos de longo prazo em produtos e serviços para, por exemplo, um mundo onde há limite para as emissões de carbono.

**De que maneira a crise pode nos levar à visão de longo prazo nos investimentos e a uma nova economia?** Esta é a primeira vez na minha vida que a comunidade de investimentos está tão enfraquecida que temos a oportunidade de forçá-la a mudar. A oportunidade é que, ao tomar o dinheiro de contribuintes e exigir o apoio dos cidadãos que elegem os governos, ela seja forçada a adotar mudanças nas práticas que, ao longo das últimas duas décadas ou mais, relutou em adotar. Este é o coração da oportunidade.

**Isso requer que estejamos – contribuintes e eleitores – em sintonia com a agenda da sustentabilidade. O senhor acha que esse é o caso?** Não acho, absolutamente não. O paradoxo é que temos uma oportunidade quase única, que ocorre uma vez na vida, e não estamos preparados para ela.

**Isso é trágico!** Está certo, é trágico em vez de paradoxal. Os investimentos socialmente responsáveis, por exemplo, vêm sendo trabalhados há décadas, mas essa comunidade não tem as competências, a voz ou o processo coletivo necessários para influenciar temas como os bônus estruturados para os gestores de fundos, os problemas que permeiam a governança dos fundos de pensão ou os desafios postos pelo fato de que as agências de *rating* de crédito não são independentes ou suficientemente competentes. Estamos em um momento em que, de um lado, gritamos sobre a necessidade de sustentabilidade – particularmente nas negociações sobre a mudança climática – e, de outro, um pequeno grupo de pessoas vai examinar a re-regulação da comunidade financeira sem qualquer consideração por temas da sustentabilidade. Zero.

Se acrescentarmos o desafio do tempo, há a oportunidade de fazer mudanças durante o período em que essa comunidade está enfraquecida, mas, se as coisas forem bem, em dois ou três meses essa posição vai passar e será muito tarde.

**Como influenciar esse pequeno grupo se ele nem pensa em sustentabilidade?** Conhe-

cemos, coletivamente, as pessoas que dirigem a Securities and Exchange Commission, nos EUA, a Financial Services Authority, no Reino Unido, os líderes políticos, de Gordon Brown a Barack Obama, e outros que serão chave tanto no desenho técnico quanto na coragem política para fazer mudanças. A boa notícia é que, dez ou vinte anos atrás, as pessoas

no movimento da sustentabilidade não conheciam as pessoas certas, mas agora conhecemos. Precisamos também enfatizar o paradoxo. Se examinar as edições do *Financial Times* do último mês, vai ver que não há um artigo sequer que faça a conexão. Não é só porque eles não sabem da conexão. Tentamos oferecer material a esses veículos de mídia, mas eles não aceitam. A discussão sobre a regulação financeira já está na mídia, controlada por um pequeno número de pessoas, “os especialistas”. Já existe um monopólio do conhecimento por parte das mesmas pessoas que há dois anos decidiam as virtudes do sistema financeiro. Então, primeiro precisamos enfatizar a conexão para uma audiência ampla, não só por meio de pequenas revistas de responsabilidade corporativa. Em segundo lugar, precisamos alertar rapidamente aqueles que trabalham no lado das políticas de que é o momento de agir. Em terceiro lugar, há pessoas – espero ser uma delas – tentando unir rapidamente as duas agendas. Em quarto lugar, precisamos pensar no que queremos que a nova estrutura regulatória adote. Não é suficiente dizer: “Queremos que ela aborde a sustentabilidade”. Comentários abstratos são coisa de dez anos atrás, temos que saber precisamente as mudanças que queremos. Então, no meio dessa oportunidade extraordinária, também somos desafiados sobre se temos as respostas certas. Acho que temos várias das respostas, mas certamente há trabalho a ser feito rapidamente. Não há muito tempo, acordaremos em janeiro e a oportunidade de mudar a comunidade de investimentos provavelmente terá desaparecido.

**Se isso acontecer, quais as conseqüências de as agendas do mundo financeiro e da sustentabilidade continuarem separadas?** Vamos examinar o exemplo da mudança climática. Estamos no meio de uma negociação complexa sobre algo que vai além do Protocolo de Kyoto. Possivelmente, a mais complicada negociação que a comunidade global já tentou. Parte do desafio é como gerar trilhões de dólares para produzir reduções das emissões de carbono. Nem milhões nem bilhões, trilhões. As pessoas que trabalham com mudança climática estão ocupadas, pensando: “Podemos criar mercados de carbono, usar impostos, taxar o combustível de aviação...” Todos estão centrados em como criar as finanças do carbono. A ironia é que

o que realmente precisamos é direcionar o principal veículo de financiamento do planeta – o mercado de capitais – para uma abordagem de investimento que precifique o carbono de maneira diferente. Em primeira instância, significa concentrar-se na criação de valor de longo prazo, ao fazer com que mais e mais empresas incluam o preço do carbono em seus cálculos. Se não conectarmos esses dois mundos, acordaremos em janeiro sem que trilhões de dólares no mercado de capitais respondam à mudança climática, e estaremos ainda tentando levantar outros trilhões com os contribuintes mais sensíveis à mudança climática. Do outro lado, temos a oportunidade de acordar em

janeiro, fevereiro ou março, com um alinhamento muito maior entre onde realmente está o dinheiro – que é o mercado de capitais – e a real necessidade – neste caso, a redução das emissões de carbono.

**Qual o papel nesse cenário dos negociadores do sucessor do Protocolo de Kyoto?** Na semana passada estive em Paris com negociadores de países desenvolvidos e de países emergentes avançados. Tivemos justamente esta

conversa, e a preocupação deles, com razão, era de que a crise financeira distrairia a atenção do processo político sobre a necessidade de alcançar um acordo climático e tornaria mais difícil destravar recursos para pagar pelo acordo. Oferecemos em troca a perspectiva que acabei de expor. Eles disseram: “Esse é um assunto do qual não sabemos nada, para o qual não temos mandato e que não podemos trazer para as negociações, pois elas não podem dar conta dele”. Um dos negociadores estava sentado no mesmo corredor em que a equipe financeira de seu país se reunia, e ele destacou a ironia de ele e seus colegas estarem completamente separados ao lidar com temas profundamente conectados. Nosso desafio é conectar, encorajar os negociadores a ver a oportunidade, não de trazer o tema para as negociações, pois isso é muito pouco provável a esta altura, mas de criar consciência na esfera dos governos, especialmente os governos do Norte que terão que pagar a conta da mudança climática, sobre a oportunidade de a re-regulação financeira ajudá-los a pagar essa conta.

**Qual é o papel dos países em desenvolvimento, particularmente o Brasil?** Quando os líderes políticos da China, Índia, Brasil, África do Sul e outros dizem aos cidadãos do Norte que “vocês criaram o problema, vocês paguem para se livrar dele”, acho que há uma dose de verdade. Mas, se nos prendermos a esse ponto, como diria Al Gore, ninguém terá muito desenvolvimento. Não posso imaginar um país como o Brasil dizendo: “Estamos dispostos a reduzir nossa taxa de crescimento econômico em nome do controle climático”. Simplesmente porque não acredito que o mundo funcione dessa maneira, e talvez isso esteja correto. O desafio é inverter a pergunta: “Sob quais circunstâncias uma sociedade como o Brasil pode buscar o caminho da prosperidade de baixo carbono?” Temos que começar de um ponto diferente, o movimento da sustentabilidade começa com “isso é o que precisa ser reduzido”, é o que pessoas, comunidades e países precisam fazer, e alguém tem de pagar para compensar a dor. Acho que essa lógica não vai nos levar a muitos resultados. Temos que reverter a lógica e perguntar que tipos de investimentos serão necessários para gerar esse resultado e como isso pode ser co-financiado entre o Brasil e os outros. Não é um jogo de palavras, é uma mudança real na lente da análise.

**A crise financeira trouxe à luz uma crise do movimento da sustentabilidade, já que é preciso mudar a abordagem?** A comunidade de investidores socialmente responsáveis, há uma década, estava centrada principalmente nos filtros negativos (*exclusão de setores como os de armas, cigarros e bebidas dos investimentos*). O mesmo movimento há cinco ou dois anos havia amadurecido incrivelmente e centrava-se no papel dos temas da sustentabilidade na gestão de risco, o que o traz para perto do processo de investimento do *mainstream*. Acho que, se enfrentássemos a situação atual daqui a cinco anos, talvez o movimento da responsabilidade corporativa ou da sustentabilidade estivesse em melhores condições de lidar com ela. É que aconteceu bem antes que tivéssemos as competências e o foco para lidar com esses temas tão diretamente. Não acho que trilhamos o caminho errado, apenas não crescemos rápido o suficiente. Como a oportunidade nos aparece agora, estamos pouco preparados.

**O senhor falou do link entre investimentos e as empresas. Há também um problema de governança corporativa?** Muito tempo e esforço têm sido gastos para melhorar a governança corporativa, mas vemos que a estrutura dos incentivos aos gestores seniores em grande parte da comunidade em-

É preciso direcionar o principal veículo de financiamento, o mercado de capitais, para a real necessidade, as mudanças climáticas

presarial continua concentrada sobre os resultados de curto prazo. Embora haja melhorias na governança, conselhos melhores, mais independentes, relatórios melhores, não vemos as mudanças nas estruturas de incentivos em direção a um alinhamento com a performance de longo prazo e os resultados da sustentabilidade. Esta é a primeira parte. A segunda é que, se os investidores dizem “vamos julgar você pelos seus resulta-

dos trimestrais, e pouco além disso”, não surpreende que os conselhos e os gestores estejam ocupados em produzir resultados nessa escala de tempo. Então, a questão é por que a comunidade de investimentos está centrada no curto prazo. Parte do problema está na comunidade dos gestores de fundos e não tem a ver só com bônus mais altos, mas uma estrutura totalmente perversa de bônus que beneficia os gestores individuais por meio da negociação, e não dos investimentos de longo prazo. Esse comportamento e essa estrutura são fomentados pelos mandatos que os fundos de pensão dão aos gestores, que exigem que eles demonstrem resultados de curto prazo em relação ao mercado. Se imaginarmos uma cadeia de valor dos investimentos, essa mentalidade vai desde a empresa que recebe o dinheiro até o fundo de pensão ou a seguradora de onde o dinheiro sai. Defendo que as grandes reformas em governança devem ser feitas no topo da cadeia, ou seja, na governança dos fundos de pensão, para permitir que os verdadeiros “fazedores” de capital, você e eu, pessoas que possuem apólices de seguro ou recebem aposentadoria, influenciem de uma maneira mais profunda o que é feito com nosso dinheiro. Essas são as mudanças que vão levar os *trustees* de nosso dinheiro a dar mandatos aos gestores de fundos para forçá-los a buscar a performance de longo prazo, o que vai mudar a estratégia de investimento, impelir as empresas a centrar-se em temas de longo prazo e alterar a estrutura de incentivos dos gestores seniores. Em outras palavras, não há sentido em apenas tentar consertar o que uma empresa faz, o problema está mais em cima.

**Soa simples, mas é uma tarefa imensa, não?** Há exemplos interessantes, como o Generation Investment Management, fundo que Al Gore e David Blood – que era do Goldman Sachs – lançaram há cinco anos. Chegaram ao mercado sem recursos, construíram um fundo de US\$ 5 bilhões, convenceram seus clientes, que são fundos de pensão e pessoas ricas, a colocar dinheiro no Generation sem garantias de performance de curto prazo, com uma visão de longo prazo. E o resultado é que o Generation pode não apenas centrar-se em temas da sustentabilidade como resultado, mas entendê-los como chave para a performance de longo prazo. A performance do Generation supera a do mercado consistentemente a cada ano, desde que foi estabelecido. Para fazer isso, tiveram que convencer os *trustees* dos fundos de pensão e pessoas ricas a não fazer o que normalmente fazem, que é se balizar pela performance de curto prazo. Há exemplos no mercado que demonstram claramente como a alocação de capital – em outras palavras, as decisões de investimento – pode funcionar de maneira diferente. Não temos que imaginar, ou inventar, já existe no mercado, o que temos de fazer é alavancar isso de forma que influencie o que a parte principal da comunidade de investimentos faz.

**O senhor está otimista de que se pode fazer isso na janela de tempo que se apresenta?** Sempre me pergunto se o otimismo é uma característica do caráter de alguém ou uma escolha estratégica. Sou otimista por escolha, acredito que a mudança é possível, porque vemos que ela ocorreu ao longo da história. Estou muito preocupado que o nível de mudança que é preciso agora, e a velocidade com que deve ocorrer, exerça tanta pressão sobre as instituições existentes para que sejam flexíveis que será muito difícil alcançá-lo. Não porque a cobiça é parte da natureza humana ou coisa do gênero, acho tudo isso uma bobagem sem sentido, mas simplesmente porque nossas instituições foram construídas para enfrentar um mundo diferente, o Goldman Sachs, as Nações Unidas ou a Oxfam. O desafio é ou transformar os objetivos dessas instituições, suas capacidades e seu ritmo de mudança ou criar novas instituições. Vemos isso com a Organização Mundial do Comércio (OMC) – é difícil imaginar que ela volte a fazer qualquer acordo progressista. Pode alcançar um acordo, mas seria em nível tão baixo que acabaria desinteressante. A razão pela qual a AccountAbility tem esse nome é porque acreditamos que, para mudar o foco das organizações, é preciso recriar as formas de exigir a prestação de contas. Seja da OMC, seja da General Electric.

**É mudar a forma de ver o mundo?** Há um ditado em inglês que diz que “se tudo o que você vê é um prego, então tudo o que procura é um martelo”. É preciso “re-entender” o problema, não a solução. Se entendemos o problema de forma diferente, então não pegamos o martelo, pegamos alguma outra coisa. Se acharmos que o problema da mudança climática é a necessidade de criar as finanças do carbono, tentaremos desenhar instituições que façam isso. Mas, se pensarmos que o problema, pelo menos em parte, é que a comunidade de investimentos foi construída de maneira errada, vamos nos concentrar nisso também. É extremamente importante repensar o problema.

**Por enquanto isso não acontece. O Accountability Rating de 2007, por exemplo, mostra que, embora as empresas prestem contas, isso não**

**está ligado a uma melhor performance financeira.** Absolutamente. Vemos empresas que lidam com os direitos humanos de maneira mais efetiva, são mais transparentes do que nunca, engajam-se com *stakeholders* diversos, mas os mercados não as recompensam por isso. Temos que enfrentar esse fato, não podemos, como uma comunidade ou um movimento, continuar gritando “faça o bem e você será lucrativo!”, porque está claro que essa é uma interpretação equivocada ou da história ou da nossa situação atual.

**O senhor mencionou Barack Obama. Quão crucial é a eleição americana para a mudança que precisa ocorrer?** Não sou americano, não estou nos EUA e não faço parte do processo político – eu colocaria estes três alertas, para começar. Aparentemente tanto Obama quanto (*John*) McCain têm visão mais progressista da mudança climática do que a atual administração, mas parece mais provável que Obama tenha o potencial para uma abordagem para mudar o jogo. E que McCain, embora mais progressista que Bush, manteria a mesma base para as negociações. Os desafios para quem quer que seja eleito são o que é possível fazer no atual clima econômico e o quão rapidamente terá de tomar uma posição. O eleito em 4 de novembro

fará o discurso de posse em 20 de janeiro e, nesse tempo, terá de decidir para onde quer ir nos grandes temas, as prioridades. Tornar a mudança climática prioridade, mesmo na agenda de Obama, será desafiador, embora possível. Levar a comunidade que apóia Obama a ver que a re-regulação financeira deve levar em conta a lente mais ampla da sustentabilidade é possível, mas desafiador. Há uma oportuni-

dade, mas, se a Índia, por exemplo, não estiver disposta a jogar – e no momento não está muito engajada –, fica difícil um acordo. O mesmo com a China, é preciso haver um acordo simultâneo entre as duas grandes economias, porque a China não se mexe sem os EUA e os EUA são cautelosos em se mexer em qualquer direção sem a China a bordo.

**Embora o mercado de carbono esteja separado do centro da crise, há rumores de uma bolha nesse mercado. Qual é o problema e como enfrentá-lo?** Mesmo dentro do mercado de carbono relativamente controlado da Europa, temos visto problemas enormes associados ao excesso de liberalismo na alocação de crédito; ganhos de vários tipos com a comercializa-

ção dos créditos; entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, o chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) foi, eu diria, negociado até a morte. As mais recentes avaliações da adicionalidade da redução das emissões de carbono produzidas pelo MDL oferecem um quadro lamentável. Parece-me improvável que qualquer novo regime aceite expandir o MDL em sua forma atual. Isso significa duas coisas. Uma, que, se vamos usar os mercados – estou assumindo que vamos –, as metodologias de alocação de crédito e os processos de monitoramento, prestação de contas e verificação (MRV, ou *monitoring, reporting and verification, em inglês*) terão de ser muito mais robustos. Senão, o mercado perderá a reputação e se tornará contraproducente.

Em segundo lugar, particularmente por causa da crise financeira, talvez sejamos menos otimistas em relação a soluções de mercado e mais ênfase seja dada à regulação e aos impostos. Lembre-se de que os mercados de carbono são apenas um conjunto de ferramentas financeiras e o que vemos é a capacidade da comunidade de investimentos de distorcer o que eram instrumentos financeiros úteis, tornando-os não produtivos ou contraproducentes. Acho que isso nos deixa menos afeitos a usar instrumentos financeiros como principal veículo para a mudança.

**O problema do MDL é que muitos projetos não entregaram a redução de emissões que prometiam?** Se colocarmos de maneira simples: se alguém paga 1 dólar para comprar um crédito que se destina a compensar o que se calculou que seja equivalente a um dólar em emissões de carbono, mas descobre que isso não foi feito, essa pessoa não vai comprar outro dólar em crédito de carbono no futuro. Da mesma forma, se se pede que um contribuinte dê 1 dólar para uma comunidade em uma parte pobre do mundo para que ela mitigue as emissões de carbono – uma transferência direta –, mas as emissões no fim não são mitigadas, o contribuinte estará menos inclinado a comparecer com seu dinheiro de novo. Então, solucionar o chamado MRV, com a capacidade de realmente entregar uma análise robusta de impacto, é parte essencial para qualquer sistema que desenharmos.

**O mercado de carbono está enfrentando esse problema?** Há muito trabalho sendo feito para desenhar um sistema de verificação mais efetivo. É uma

área em que a AccountAbility tenta ter um papel. Embora as negociações climáticas sejam entre governos, muitos dos casos de monitoramento e verificação efetivos ocorrem no espaço dos padrões voluntários ou privados, o Forest Stewardship Council, os Princípios do Equador, a Iniciativa para Transparência da Indústria Extrativa. São todos sistemas de monitoramento e verificação não estatutários, padrões certificados. Muito pode ser feito para trazer essas experiências de maneira mais efetiva para a equação da mudança climática, e um pouco tem sido feito, fico feliz em dizer.

**Os críticos dizem que os padrões voluntários são mais convenientes para as empresas do que a regulação. A pressão por regulação no sistema financeiro vai afetar também os padrões sociais e ambientais?** Há uma

longa discussão sobre se tais padrões devem ser voluntários ou estatutários. O problema é que, freqüentemente, degenera para uma discussão ideológica em vez de basear-se em evidências. O que é preciso realmente é uma combinação um tanto complicada dos dois. É perfeitamente possível ter uma base estatutária sobre a qual os processos certificatórios são feitos por meios privados. E ter padrões voluntários em que existem compensações estatutárias, por exemplo, restituição de impostos. Acho que vamos caminhar para uma combinação mais interessante de processos voluntários e estatutários, em que um afeta positivamente o outro, em vez de serem alternativos.

**Muitos analistas dizem que a crise financeira marca o fim de uma era. Qual sua visão do futuro da economia de mercado?** Não acho que esse seja o fim do mercado, mas acho que a suposta ideologia da superioridade das soluções de mercado foi derrotada. As visões ideológicas de que o mercado sempre entrega melhores soluções que o Estado – ou outros – não serão mais aceitas em debates sérios para formulação de políticas. Será preciso demonstrar que as opções de mercado possibilitam resultados em um mesmo nível que outras opções, e isso é bom. Haverá muitas instâncias em que as soluções de mercado serão a resposta correta, e muitas em que não serão. Mas a premissa ideológica se quebrou. Estou contente com isso, porque não acho que devemos ser movidos a visões ideológicas sobre o mercado ou o Estado, mas a evidências e análises, para descobrir os caminhos que levam aos melhores resultados.

**Mas os grupos sociais sempre tentam manipular as coisas em seu benefício. É possível olhar o mundo de forma imparcial na busca do melhor caminho?** Há ideologias dominantes em qualquer ponto no tempo, e muitos de nós vivemos em países onde argumentar contra soluções de mercado tem sido visto como uma extravagância quixotesca. As vezes que desafiam essas soluções e oferecem abordagens alternativas serão mais fortes no futuro. Claro, a manipulação continuará a existir, mas tudo é uma questão de equilíbrio. Ninguém vai ver os EUA com credibilidade novamente se eles disserem “o mercado livre é melhor, e menos regulação é melhor”, ninguém pode dizer isso com a cara limpa. Estive no Brasil e na China nas últimas semanas e havia quase que um alívio tangível de que a ideologia se quebrou, e também com a possibilidade de desafiá-la de maneira efetiva. Não se trata de o mercado ser bom ou ruim, mas de como se decide o que fazer

Continuar gritando para as empresas ‘faça o bem e será lucrativa!’ é uma interpretação equivocada da história e da situação atual

Não faz sentido focar só na governança das empresas, o problema é o “curto-prazismo” no topo da cadeia de valor dos investimentos

# Agora ou mais tarde

Se a solução para a crise desatar apenas o “nó” financeiro e ignorar a situação

“**Falência** é simplesmente a oportunidade de começar de novo, desta vez de forma mais inteligente.” Vinda de um bem-sucedido homem de negócios, o americano Henry Ford, a frase vem a calhar depois do sobe-e-desce dos mercados financeiros no que pareceram longas semanas de outubro. Que o modo de operar dos mercados faliu, parece claro. Que isso abre uma oportunidade sem precedentes para repensar o modelo, fala-se aos quatro ventos. Resta saber se seremos inteligentes o suficiente para perceber que não há como manter separadas as crises

financeira e ecológica. Depende disso o futuro do sistema extremamente complexo e interdependente que criamos.

Por enquanto, o *mainstream* da mídia continua tratando as duas crises isoladamente. De um lado, gastam-se milhares de páginas e horas de transmissão para relatar as ansiedades dos mercados, os esforços dos líderes políticos em aplacar os ânimos e resgatar a confiança, os efeitos do colapso do sistema de crédito na chamada economia real, os impactos nas vidas das pessoas. De outro lado, soam os alertas de

socioambiental, sofrerão todo o sistema global e suas perspectivas de futuro

que estão em perigo os investimentos nas energias renováveis, de que as negociações internacionais de um acordo sobre as mudanças climáticas (*reportagem sobre o plano nacional para o clima à pág. 22*) estão fadadas ao fracasso, de que a hora não é de pensar no meio ambiente. Tudo por causa da crise financeira. O fato de que ela é sintoma de uma crise maior ainda passa incólume.

## A dívida é com o futuro

Aqui e acolá aparecem evidências da crise ecológica expressas em termos que o

mundo financeiro entende. Caso da estimativa de que a economia global perde entre US\$ 2 trilhões e US\$ 5 trilhões por ano com o desaparecimento de florestas e os serviços que elas prestam, como a absorção de CO<sub>2</sub> e a manutenção do ciclo hidrológico.

O que isso quer dizer, não é demais repetir, é que estamos erodindo a capacidade de a biosfera manter-se como o único lugar conhecido com condições para a vida. Da mesma forma que estamos perdendo o acesso fácil à água limpa e ao petróleo barato, para citar apenas dois recursos cruciais.

Desse ponto de vista, como escreveu o economista ecológico Herman Daly, a atual *débâcle* financeira não é uma crise de “liquidez”, como se repete à exaustão, mas o seu oposto. A “riqueza real”, lembra ele, representa a fiança para dívidas futuras e, estas sim, cresceram com a tal exuberância irracional: hoje, as operações que negociam apenas papéis superam em 20 vezes as que trocam papel por *commodities*. No atual modelo, a saída é aumentar a taxa de crescimento econômico para produzir mais *commodities* e, assim, sustentar o mercado de crédito e o consumo.

“Hoje os custos marginais provavelmente excedem os benefícios marginais do crescimento, de forma que o crescimento real físico nos torna mais pobres, não mais ricos”, defende Daly. “Para manter a ilusão de que o crescimento está nos tornando mais ricos, diferimos os custos ao emitir ativos financeiros quase sem limite, convenientemente esquecendo que eles são, para a sociedade como um todo, dívidas a serem pagas com nosso crescimento real futuro. Como este é muito duvidoso, demandas sobre ele são desvalorizadas, independente da liquidez.”



A receita de Herman Daly para lidar com o problema é a adoção de uma série de políticas que levem a uma economia em *steady-state*, que tome como dadas as dimensões biofísicas – população e estoque de capital – e adapte a elas as preferências e a tecnologia. Ou seja, o contrário do atual modelo, que parte da noção de que os desejos são ilimitados e a tecnologia tudo pode, e ajusta o crescimento, que depende das dimensões biofísicas. Trocando em miúdos, significa almejar o crescimento zero.

Difícilmente essa e outras propostas de como fazer para que a economia mundial viva dentro de suas possibilidades – noção que apenas recentemente se acendeu em relação ao sistema financeiro – constarão da pauta da reunião de lideranças mundiais que se prevê para novembro para engendrar o que já se chama de Breton Woods II. É pouco provável que as nações desenvolvidas abandonem o mantra do crescimento, como prega Daly, mas é a chance de, pelo menos, repensá-lo.

“Os próximos anos apresentam uma grande oportunidade de construir as bases para uma nova forma de crescimento que pode transformar nossas economias e sociedades”, defendeu Sir Nicholas Stern em artigo na imprensa britânica. “Vamos sair dessa recessão de uma forma que reduza os riscos para o nosso planeta e inicie uma nova onda de investimentos que pode criar uma economia mais segura, limpa e atrativa

para todos. Ao fazer isso, demonstraremos a todos, particularmente ao mundo em desenvolvimento, que o crescimento de baixo carbono não apenas é possível, mas também pode ser uma rota produtiva e eficiente para superar a pobreza mundial.”

“Uma verdadeira cúpula de Bretton Woods II estabeleceria uma base para alcançar objetivos urgentes quanto à estabilidade macroeconômica, o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade ambiental e o comércio para o desenvolvimento”, ecoou o economista Jeffrey Sachs, que dirige o Earth Institute, da Universidade Columbia. “Os líderes deveriam ir à cúpula com o talão de cheques e compromissos internacionais em mãos.” Sachs admite, entretanto, que as discussões vão começar por um esforço de regulação do sistema financeiro internacional. Pouco inteligente seria encerrá-las aí.

### O nó da questão

Para quem estuda redes e sistemas complexos – caso do sistema econômico internacional –, o resultado de apenas regular o sistema financeiro equivaleria a acrescentar pressão sem adicionar capacidade ao conjunto. Mais regulação e prestação de contas, no caso financeiro, é suficiente para evitar pequenos desastres, mas não para impedir o colapso sistêmico.

No “nó” do sistema financeiro, a sobrecarga ocorreu porque o mercado criou uma série de “veículos de investimento” para



compartilhar, entre seus participantes, o risco de hipotecas concedidas a pessoas com pouca capacidade de pagamento. Quem aderiu ignorou a necessidade de aumentar as garantias para lidar com casos de não-pagamento. Com o risco compartilhado, os participantes do mercado se tornaram interdependentes e, iniciados os *defaults*, as falências espalharam-se pelo sistema.

Por mais que se contenha o desastre localizado, é inegável que o “nó” financeiro é parte de um sistema maior. Não há hipoteca se não houver a construção de casas; não há a construção de casas se não houver a produção de materiais como toras de madeira, cimento, tijolos, entre tantos outros. Não há a transformação de recursos naturais em materiais de construção se não houver energia em forma aproveitável.

Decorre daí que os sistemas financeiro e ecológico são interdependentes e que, sem a possibilidade de aumentar a capacidade de um deles – o ecológico –, a sobrecarga aumenta a fragilidade do conjunto. No caso da energia, a dependência de fontes não-renováveis (*reportagem à pág. 36*) deixa os limites ainda mais evidentes.

### Fundamento e expectativas

O desastre recente das hipotecas não foi o primeiro na seara financeira e, provavelmente, não será o último. Nos casos anteriores como no atual, defende o *financeur* George Soros, a raiz está em um profundo

equivoco de compreensão do funcionamento do sistema por parte de seus arquitetos.

Em seu mais recente livro, *The New Paradigm for Financial Markets*, Soros baseia-se no fato de que nosso entendimento do mundo é inerentemente imperfeito, porque somos parte dele. De um lado tentamos compreender o mundo e, de outro, alterá-lo, de modo a nos beneficiar. Se ambas as funções – compreensão e manipulação – fossem isoladas, seria possível ter total conhecimento sobre o mundo e, com ações, alcançar os efeitos desejados. Assim se passam as coisas na teoria econômica dominante, argumenta Soros, mas não na vida real.

“O passado pode ser unicamente determinado, mas o futuro depende das decisões dos participantes”, escreve. “Conseqüentemente, os participantes não podem basear suas decisões no conhecimento, porque eles têm de lidar não só com fatos presentes e passados, mas também com contingências a respeito do futuro.”

A conexão de mão dupla entre o pensamento dos participantes e a situação na qual estão envolvidos, que Soros chama de reflexividade, é sentida particularmente nos mercados financeiros: “As pessoas compram e vendem ações em antecipação a seus preços futuros, mas estes dependem das expectativas dos investidores”.

Como as expectativas não equivalem a conhecimento real, os participantes do mercado inevitavelmente tomam decisões

a partir de julgamentos.

Soros admite que o papel das expectativas é conhecido, mas destaca que a idéia de reflexividade permanece pouco difundida, em parte porque impede que os economistas produzam teorias que expliquem e prevejam o comportamento dos mercados financeiros da mesma forma que os cientistas fazem com os fenômenos naturais.

Se incorporassem a reflexividade, eles provavelmente não teriam sido tão bem-sucedidos em estabelecer a Economia como ciência e em convencer as pessoas de que os mercados se autocorrigem e tendem ao equilíbrio. A teoria vigente é a de que, sob condições específicas, a busca sem restrições dos interesses individuais leva à alocação ótima de recursos.

“A ilusão de que os mercados conseguem estar sempre certos é causada por sua habilidade de afetar os fundamentos que eles deveriam refletir”, escreve Soros. “A mudança nos fundamentos pode reforçar as expectativas tendenciosas em um processo que inicialmente se auto-reforça, mas que eventualmente se autoderrota”. Mais comumente as tendências do mercado são corrigidas antes que afetem os fundamentos, mas, quando isso não ocorre, os processos de bolha-e-estouro podem adotar significância histórica. “Foi o que aconteceu na Grande Depressão e está acontecendo agora, embora desta vez esteja tomando uma forma muito diferente.”

A idéia da reflexividade pode ser útil para quem pensa o sistema maior, com seus diversos nós interconectados, inclusive o financeiro. Que efeito terão os trilhões de dólares que as autoridades de vários países injetaram no sistema financeiro global? A intenção é que eles aliviem a pressão sobre a “economia real”, diminuindo a dor em termos de recessão, perda de empregos e aumento da pobreza – a Organização Internacional do Trabalho prevê 200 milhões de desempregados e 140 milhões de miseráveis em 2009.

As medidas adotadas são as cabíveis à luz da bagagem que acumulamos nas últimas décadas, mas, sem uma visão global do sistema, correm o risco de apenas mudar a sobrecarga de um “nó” para outro.

### Complexa sustentabilidade

O problema que se apresenta é bem mais complicado: como, em um sistema complexo e interconectado, espalhar qualidade de vida a quase 7 bilhões de pessoas e, ao mesmo tempo, cuidar para que nossa presença não esgote a capacidade do planeta de regenerar produtos e serviços que nos permitam, a longo prazo, estar aqui?

Diante desse desafio, o futuro é, ele mesmo, um sistema complexo, sugerem o botânico T.F.H. Allen e o arqueólogo Joseph A. Tainter, este último autor do livro *The Collapse of Complex Societies*. A tarefa de encarar-lo não é nada fácil, basta lembrar



que as sociedades complexas são recentes – na história de quase 4 milhões de anos dos hominídeos sobre a Terra, a organização dos Estados, por exemplo, nasceu há cerca de 5 mil anos, destaca Tainter – e, hoje, talvez pela primeira vez tenhamos uma sociedade verdadeiramente global.

Na visão de Tainter, a complexidade é um paradoxo de longo prazo na solução de problemas. Facilita a resolução de questões a curto prazo ao mesmo tempo que prejudica a habilidade de solucioná-los a longo prazo e, portanto, o próprio sistema de solução de problemas tem de ser sustentável.

O arqueólogo estudou casos de sociedades complexas e identificou três estratégias de longo prazo: o modelo romano de complexidade que vem acompanhado da diminuição dos benefícios para a sociedade; a opção por simplificar o sistema, adotada pelos bizantinos; e a experiência da Europa Ocidental, que foi capaz de aumentar a complexidade, ao descobrir subsídios físicos para tal – as fontes fósseis de energia e a tecnologia para usá-las.

“Nossas sociedades e instituições cresceram muito em complexidade ao longo dos últimos poucos séculos. Essa complexidade é sustentada pelos atuais subsídios de energia, principalmente os combustíveis fósseis.

Não sabemos quanto tempo essa dependência pode continuar”, escreveu Tainter no artigo *Problem Solving: Complexity, history and sustainability*. “Podemos apostar que nossas instituições dedicadas à solução de problemas serão suficientes para encarar os desafios e aceitar as conseqüências caso elas não o sejam. Ou podemos aumentar nossas chances de ser sustentáveis ao entender o próprio processo de solucionar problemas, as tendências pelas quais ele se desenvolve e os fatores que o tornam bem-sucedido ou não.”

Para começar a compreender o processo de solucionar problemas, ajudaria se optássemos por olhar o problema como um todo e não somente parte dele. Se a falência traz a oportunidade de fazer melhor, este é o momento de pôr mãos – e inteligência – à obra.

P22



LEIA A REVISTA PÁGINA 22 E AJUDE A CONSTRUIR UM MUNDO EM EQUILÍBRIO.

Assine PÁGINA 22, publicação vinculada ao Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-EAESP, que é referência no tema. Com um jornalismo ágil e provocador, PÁGINA 22 traz, mensalmente, temas como consumo e produção responsável, mudanças climáticas, políticas públicas, finanças sustentáveis e muito mais. Leia e participe do maior debate deste século.

Assinaturas: [www.pagina22.com.br](http://www.pagina22.com.br)

REVISTA

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO.

| POR **Carolina Derivi** FOTOS **Bruno Bernardi**

# O rei isolado

Sem um plano inovador de mudanças climáticas nem metas para redução de emissões, o governo afasta-se da sociedade, de expoentes do setor produtivo e até do Congresso Nacional



**“O Brasil, um país do futuro.”** A simples menção à máxima que se tornou célebre desde os anos 1940, quando o filósofo austríaco Stefan Zweig escreveu livro homônimo – e então cometeu suicídio –, é capaz de provocar calafrios nos filhos deste solo. Se a idéia de um país predestinado à grandeza acompanha desde sempre o horizonte do Brasil, também é verdade que a espera por um destino que nunca chega provoca frustração e o imperativo de agir no presente.

Como uma maldição, o mesmo cenário de promessa perpétua hoje se avizinha. Desta vez, diante da agenda de enfrentamento das mudanças climáticas. Chamado de potência ambiental e dotado de vantagens comparativas graças à riqueza de seus recursos naturais, o Brasil tem condições de liderar o processo de transição para uma economia de baixo carbono, ao menos no contexto dos países chamados de semiperiferia, como China, Índia e Indonésia. Mas vê-se defasado em relação a uma China, que surpreendeu o mundo comprometendo-se em quantificar e reportar suas emissões de gases de efeito estufa, na última reunião das Partes da Convenção do Clima (COP), em Bali, no ano passado. Por aqui, a referência ainda é um inventário de emissões com ano-base de 1994. Depois

de Bali, o governo agilizou a produção de um segundo inventário, prometido para 2009, com base no período 1990-2000 e 2001-2005 para alguns setores, incluindo-se o de emissões por mudanças de uso do solo.

A menos de dois meses da próxima COP, na Polônia, fórum em que se pretende chegar às primeiras definições do cenário pós-Kyoto, o governo brasileiro inaugurou o debate sobre sua Política Nacional de Mudanças Climáticas. A peça, em apreciação no Congresso Nacional, é uma proposta de marco regulatório com diretrizes e intenções genéricas. Enquanto isso, o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que deveria detalhar as ações, as metas e os recursos, tornou-se o grande termômetro do atual debate sobre clima no Brasil, já que suscitou uma reação intensa por parte de ONGs e especialistas.

Uma das características mais gritantes do debate é o descompasso entre uma massa crítica formada notadamente pela sociedade civil organizada e o governo que a representa. “A gente se sente como vendedor de *Enciclopédia Barsa* na era da internet, de tão difícil que é o convencimento”, ilustra Fabio Feldmann, secretário-executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade. A decepção geral diz respeito à falta de inovação do plano, que se limita a reunir sob o tema das mudanças climáticas todas as políticas e programas já existentes nas áreas de energia, transporte, uso do solo e conservação (*veja quadros ao longo da reportagem*). Antecipando-se às críticas, o Comitê Interministerial, chefiado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que assina o plano, lançou sua justificativa no próprio texto: “Em sua primeira fase, o Plano, concebido para ser operacional, busca organizar as ações em curso, reforçar medidas existentes e identificar e criar novas oportunidades”. E ainda prometeu uma versão atualizada para o próximo ano, em que deveriam constar os mecanismos de avaliação de desempenho.

Não adiantou. No último dia 29, representantes do Observatório do Clima, rede que reúne 31 entidades socioambientalistas, entregaram um manifesto ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, em que conclamam o País a assumir metas de redução de gases de efeito estufa, repudiam a apresentação do plano na próxima COP, bem como o prazo exíguo de consulta pública. “As ações não são coordenadas. Faz-se o Proinfra, o Luz para Todos, a usina de Angra, e coloca-se tudo isso sob um guarda-chuva, dizendo que é o Plano Nacional de Mudanças Climáticas”, avalia Rachel Biderman, coordenadora-adjunta do Centro de Estudos em Sustentabilidade, da Fundação Getulio Vargas (GVces), responsável por entregar o manifesto ao ministro Minc. A secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Suzana Khan, foi convidada a comentar as críticas, mas até o fechamento desta reportagem a assessoria de imprensa não respondeu ao pedido.

O plano consiste em um compilado de ações e programas previamente estabelecidos. Sem avanço, o governo provocou reação das ONGs

## A ausência de metas impede que a política funcione, dizem especialistas. O acordo de Bali urgia medidas “mensuráveis, reportáveis e verificáveis”

Casualmente, no mesmo dia o jornal britânico *The Guardian* publicava editorial sobre a Climate Bill – correspondente à nossa política nacional naquele país – e apresentava questionamentos pertinentes também ao debate no Brasil. Ao apresentar a contradição entre a proposta de aumentar de 60% para 80% a meta de redução de gases de efeito estufa até 2050 e o esforço do Parlamento britânico para fazer refletir a queda do preço do petróleo no bolso do consumidor, o jornal faz um chamamento à ação: “Todas as leis do mundo não vão impedir que emissões de carbono alcancem níveis perigosos, se não levarem a uma ação política (...). A melhor alternativa é fazer a lei de mudanças climáticas funcionar”.

### O xis das metas

É exatamente com a intenção de “fazer a lei funcionar” que os movimentos organizados insistem tanto na questão das metas, pois vêem nelas um instrumento primordial para qualquer política. “Nesse campo, que é um tema novo com inúmeras variáveis para o

**Trocando em miúdos** Um resumo das propostas e objetivos que preenchem as 154 páginas do Plano Nacional de Mudanças Climáticas

### Florestas

**Focado na Amazônia, o texto apresenta basicamente as mesmas estratégias previstas no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), de 2004, que se baseia no tripé “comando e controle”, “ordenamento fundiário” e “fomento a atividades produtivas sustentáveis”. O único elemento alheio ao PPCDAM é a previsão de licitar 4 milhões de hectares de florestas públicas federais até o fim de 2009.**

**Pela primeira vez o governo assume compromissos quantitativos em relação ao desmatamento. A proposta é reduzir continuamente as áreas desmatadas, tomando como base o índice médio em períodos de quatro anos. Além disso, o governo se compromete a eliminar a perda líquida de florestas até 2015, o que significa plantar mais árvores do que desflorestar. Metas mais objetivas ficam a cargo dos estados, que deverão formular seus próprios planos de combate ao desmatamento.**

**Não há medidas específicas para os demais biomas, à exceção da Caatinga, que mereceu destaque com o projeto Demonstrações de Manejo Integrado de Ecossistemas e de Bacias Hidrográficas na Caatinga, desenvolvido há quatro anos pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e que visa a redução do uso de madeira nativa como fonte energética.**

futuro, é preciso pensar num plano que possa ser periodicamente avaliado e ponderado, e sem metas isso fica dificultado”, diz Márcio Santilli, coordenador do Instituto Socioambiental (ISA).

As metas de redução de emissões são a grande bandeira, especialmente no que diz respeito à Amazônia, mas, no atual estágio de indefinição, esses movimentos admitem que alguma meta de qualquer natureza já faria diferença. O documento conhecido como *Road Map*, aprovado em Bali, estabelece que os países sem compromisso obrigatório devem adotar medidas “mensuráveis, verificáveis e reportáveis”. “Eu li os planos da China e da Índia, que são muitos parecidos com o do Brasil na retórica. A diferença fundamental é que o documento brasileiro é o único que foi adotado depois da Conferência de Bali e, portanto, é inconsistente”, disse o físico José Goldemberg em discurso durante reunião do Observatório do Clima. À *Folha de S. Paulo*, Goldemberg disse que o plano brasileiro era tão ruim que nem sequer merecia receber sugestões.

A única meta mensurável e com prazo determinado, além das que já estavam definidas em programas anteriores, é o objetivo de eliminar a perda líquida de florestas até 2015, o que poderia funcionar, do ponto de vista do controle das emissões, mas é questionável devido aos impactos para a biodiversidade: “O que significa isso? Se eu fizer um plano de expansão de eucaliptos e plantar 1 milhão de hectares, vou poder trocar por 1 milhão de hectares de floresta nativa?”, questiona Karen Suassuna, analista sênior do Programa de Conservação do WWF.

A entrevista de Carlos Minc ao jornal *Valor Econômico*, em que ele afirma ter convencido o presidente Lula e o Itamaraty a adotar metas de redução entre 10% e 20% para o período de 2012 a 2020, repercutiu bem entre os ambientalistas. A ONG The Nature Conservancy chegou a sugerir às entidades do Observatório do Clima um manifesto de apoio ao ministro. Mas, de um modo geral, prevaleceu o clima de desconfiança, já que o Ministério das Relações Exteriores não se manifestou oficialmente. Para Karen, a proposição de metas aleatórias não é suficiente: “Pra acreditar no milagre, a gente tem que ver o santo. Pra assumir metas eu tenho que saber de que tipo, onde se darão os cortes, qual o cenário de crescimento de emissão, qual é o cenário econômico... A não ser pela área do desmatamento, em que a gente tem um pouco de idéia do que fazer, eu não vejo um cenário coerente de baixo carbono no Brasil”.

Nesse contexto, sobressai a carência de conhecimento gerado no Brasil sobre vulnerabilidades e estratégias de adaptação e mitigação. Para Marco Antonio Fujihara, do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp, a possibilidade de considerar metas de redução por setor da economia esbarra nessa mingua. Ele explicita como a falta de embasamento científico interfere também na unidade de uma política de mudanças do clima: “Precisamos saber, antes de tudo, quais setores serão prejudicados e quais serão beneficiados.

Neste momento, eu não sei. Isso envolve também discutir que tipo de desenvolvimento eu quero para o País. Limpo ou sujo? Meta ou não meta torna-se uma questão irrelevante, enquanto não você decide o que quer ser quando crescer”.

Mesmo assim, o deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), coordenador do grupo de trabalho de clima da Frente Parlamentar Ambientalista, acredita que a definição de metas pode sair ainda este ano. Ele garante que a postura reticente do governo federal não está em descompasso apenas com a sociedade, mas também com o Congresso Nacional: “Não vai haver resistência a esse mecanismo no Congresso, eu conheço o pensamento dos meus pares. O governo evita metas, imaginando que a sociedade não vai fazer pressão. Há uma insatisfação da classe política com a demora do governo federal em tomar uma posição firme com relação a esse tema”.

### Leve-me ao seu líder

A resistência a medidas mais efetivas deve-se, em grande parte, a um cenário muito conhecido dos movimentos socioambientais. Os embates freqüentes entre os ministérios, em matéria de política ambiental, reproduzem-se agora na política de clima. Na falta de um comando claro, as pastas estacionam nas discordâncias e se comportam como os países nas conferências internacionais. Só que este é um único país com um único governo.

Quem atesta a situação é Luiz Pinguelli Rosa, secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, criado pelo próprio governo federal para auxiliar o planejamento do tema. “O MMA é o que mais pressiona, mas é difícil convencer os outros”, diz Pinguelli. “Os critérios de leilão de energia deveriam criar mais obstáculos e priorizar pelo menos hidrelétrica, gás natural ou bagaço de cana. O problema é que o Ministério de Minas e Energia já tem uma metodologia estabelecida e resiste à mudança. Quando você quer alterar a política de mobilidade, o Ministério dos Transportes também reclama.”

Para a vereadora Soninha Francine (PPS-SP), presente na reunião do Observatório do Clima que definiu o conteúdo do manifesto contra o plano, esse contexto impede que a discussão amadureça e que novos desafios apareçam: “É possível que dentro de cada segmento você tenha todas as respostas. Mas é na intersecção entre eles que surgiriam novas perguntas, dilemas, escolhas difíceis, e o que falta é justamente esse cruzamento. Não adianta ter uma massa crítica e, mesmo dentro do governo, posições superavanzadas, se elas são solitárias”.

### Critérios ou mitos?

Até agora, a posição do Brasil, assim como dos demais países emergentes nas negociações internacionais, baseou-se no critério das responsabilidades históricas. Quem poluiu mais deve pagar

mais. “O outro argumento é que esse é um problema tão sério que quem tem mais dinheiro, mais educação, mais ciência deveria fazer mais. E seriam os mesmos países ricos”, explica José Eli da Veiga, professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP e pesquisador associado do Capability & Sustainability Centre, da Universidade de Cambridge. “Mas tem o critério da sustentabilidade. Se você de fato acredita que o aquecimento global se coloca em termos de futuro da espécie humana, os outros critérios ficam

### TROCANDO EM MIÚDOS Energia

**Tomando como base as ações de maior volume e com projeções concretas de expansão, o planejamento do governo para enfrentar as mudanças climáticas está centrado em três tipos de energia: hidrelétrica, nuclear e biocombustíveis.**

**O Plano Nacional de Energia (PNE) prevê investimentos de R\$ 90 bilhões em grandes hidrelétricas, o que deverá agregar mais de 34 mil MW ao sistema até 2016. Para a energia nuclear, além de Angra III, já licenciada, o PNE estima a entrada de até 8 mil MW adicionais até 2030. Ambos os modelos enfrentam forte resistência por parte de ambientalistas.**

**O governo projeta crescimento de 11% ao ano na produção de etanol, graças à redução de impostos e outras medidas. Já o biodiesel não apresenta projeções quantificadas, “dependerá do crescimento da demanda”, diz o plano. Mesmo assim, estima-se em 570 milhões de toneladas de carbono as emissões evitadas pela substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis no período 2008-2017. O plano não prevê salvaguardas socioambientais específicas para o setor.**

**Criado em 2002, o Proinfa, principal programa para energias alternativas, só conseguiu colocar em operação pouco mais de 1 mil MW, entre usinas eólicas, centrais de biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. Almeja alcançar 3,3 mil MW, já contratados pela Eletrobrás, mas não há prazo para tanto.**

**O plano reconhece que a indústria de energia eólica “ainda carece de incentivos”, mas não estabelece quais. Para a energia solar, há a promessa de estudos por parte do Ministério de Minas e Energia para expandir o uso em edificações e aproveitar o Programa Luz para Todos como indutor de uma indústria nacional.**

**Na área de eficiência, excetuando-se políticas vigentes desde o “apagão”, em 2001, as principais medidas são: integração dos sistemas isolados Acre-Rondônia e Tucuruí-Macapá-Manaus ao Sistema Interligado Nacional, Programa de Incentivo ao Uso de Aquecimento Solar de Água, etiquetagem veicular voluntária e substituição de 10 milhões de refrigeradores pouco eficientes no prazo de 10 anos.**

Sem comando claro, ministérios seguem concordando em discordar. A resistência se deve a critérios antigos de que os ricos devem pagar a conta

## Pesquisa revela que grandes empresas saem na frente ao disponibilizar informações de carbono, mas a qualidade das respostas deixa a desejar

ridículos. O que conta não é o passado nem o presente, é o futuro. E o Brasil ainda não entendeu isso.”

Outro elemento complicador para a adoção de compromissos nos países emergentes são as oportunidades de mercado, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, nas quais só podem ser incluídas ações voluntárias. “Quem se preocupa com isso está vendo só 5% da história. Mercado de carbono é legal, mas a questão aqui é de sobrevivência empresarial. Se amanhã os supermercados da Inglaterra só quiserem deixar entrar produtos de baixo carbono, e você não se preocupou em oferecer esses produtos, mas em fazer o projeto MDL, é uma visão muito pequena”, aposta Giovanni Barontini, coordenador do Carbon Disclosure Project Brasil (CDP).

### Economia de ponta

O CDP é um projeto global que visa levar as empresas a reduzir emissões de carbono, estimulando-as a produzir e divulgar informação sobre o tema. Anualmente, o projeto convida investidores a serem signatários de um questionário enviado às companhias, que se transforma em relatório. O recém-lançado relatório com informações das 75 maiores empresas brasileiras de capital aberto indica que, apesar de o País não adotar metas vinculantes de redução, algumas empresas já estão se antecipando ao disponibilizar informação sobre suas emissões.

“As empresas brasileiras estão demonstrando uma disponibilidade de *disclosure* climático superior às de todos os países que têm metas de redução”, atesta Barontini. De 24 edições regionais e setoriais do CDP, o percentual de respostas no Brasil é o segundo maior do mundo, atrás apenas da Inglaterra, onde o projeto foi criado.

Em 2008, pela primeira vez uma empresa brasileira, a mineradora Vale, figurou entre as 50 melhores respostas do mundo. Para Barontini, a atual crise financeira ajuda a compreender por que as empresas se antecipam à regulamentação governamental e buscam reduzir suas emissões. Sem citá-las nominalmente, ele

### TROCANDO EM MIÚDOS Agronegócio

**O governo federal promete focar suas políticas de fomento agrícola “no aumento da produtividade das terras já desmatadas e na incorporação das áreas abandonadas ao processo produtivo”. O principal instrumento é o Programa Agronegócio Sustentável (Produsa), que financia a recuperação dessas áreas. O Produsa foi lançado este ano com recursos de R\$ 1 bilhão.**

**Destacam-se também a promoção de sistemas integrados de alimentos e energia e a adequação das propriedades rurais ao Código Florestal, mas o plano não apresenta programas ou recursos orçamentários específicos para tais áreas.**

### TROCANDO EM MIÚDOS Transportes

**O plano reconhece o setor como uma das principais oportunidades de mitigação das emissões brasileiras, desde que se privilegie o transporte coletivo e as modalidades menos intensivas em carbono.**

**Alcançar esse cenário fica a cargo do Plano Nacional de Logística de Transportes, mas o texto aponta apenas as metas referentes ao modal de cargas. São elas: reduzir a participação do modal rodoviário dos atuais 58% para 33% e, ao mesmo tempo, expandir o ferroviário e o aquaviário de 25% para 32%, e de 13% para 29%, respectivamente. Isso em um horizonte de 15 a 20 anos.**

**Contraditoriamente, o mesmo plano reconhece que a maior parte (43%) dos investimentos em infra-estrutura até 2023 deve ser direcionada ao transporte rodoviário.**

diz que as empresas nacionais que tiveram desvalorização mais acentuada neste período são as mesmas que enfrentam passivos reputacionais em termos de transparência, prestação de contas e problemas socioambientais. “Esta é fundamentalmente uma crise de reputação, de ativos intangíveis. Quem tem uma governança voltada para a sustentabilidade invariavelmente está um pouco mais amparado.”

Quando questionado se a crise ambiental e a crise financeira têm uma raiz comum, Barontini responde sem hesitar: “Sim, absolutamente: a ética. O conjunto de valores que permeiam a sociedade e as métricas totalmente equivocadas para definir o sucesso empresarial”.

Uma das perguntas do questionário do CDP é se os respondentes enxergam riscos regulatórios sobre as emissões de carbono. No Brasil, as repostas se equilibram: 43% antecipam que sim, e 40% antecipam que não. Como a pergunta é genérica, não se pode dizer que esse resultado reflete apenas a expectativa em relação às leis brasileiras, já que algumas empresas podem ter levado em conta os países para os quais exportam.

Apesar do bom resultado no quesito transparência, a qualidade das respostas brasileiras ao relatório do CDP ainda demonstra incipiência. Curiosamente, muitas empresas seguem a mesma tendência do governo na sua proposta de política climática e procuram incluir toda e qualquer ação correlata no mesmo balaio. “Há casos de empresas que tinham políticas de eficiência energética há dez anos por uma questão de custo e hoje reconstroem isso falando que têm uma ação de mudanças climáticas desde 1900 e bolinha, quando na verdade não começaram isso por causa do clima. Há uma ‘esperteza’ na hora de fazer essa conexão”, explica Barontini.

Há também casos de completa defasagem conceitual, como

## Recorta e cola

Quase sem apresentar propostas novas, até o texto do Plano é reeditado

Ao longo das entrevistas realizadas para esta reportagem, não foram raros os especialistas que relataram uma sensação de *déjà-vú* sobre o texto do Plano Nacional de Mudanças Climáticas. PÁGINA 22 decidiu apurar e encontrou 10 frases ou parágrafos inteiros copiados de textos previamente publicados – o que não significa que não haja mais –, como *press releases*, notas técnicas de ministérios e até um artigo científico cujos autores não mantêm vínculo direto com o governo. Abaixo reproduzimos três exemplos:

“As políticas relacionadas ao ordenamento territorial e fundiário da Amazônia brasileira, definidoras de normas sobre os direitos de acesso à terra e de diretrizes para o uso e exploração dos recursos naturais, têm uma forte influência sobre a dinâmica do desmatamento, das queimadas e da exploração madeireira ilegal na região” – *Plano de Ação para a Prevenção de Controle do Desmatamento na Amazônia Legal*

empresas de serviços que declaram não ser emissoras de gases de efeito estufa, acreditando que os responsáveis são apenas seus clientes. Os setores de maior maturidade, segundo o CDP, são os de energia e papel e celulose, justamente aqueles que estão há mais tempo no foco de pressões da questão climática. Os setores de desempenho mais modesto são os de transporte e construção civil.

### Desafios de diálogo

Assim como o setor produtivo e a esfera governamental, a sociedade civil organizada também tem a sua “lição de casa” para aprontar. Para Karen, do WWF, a agenda de enfrentamento do desmate na Amazônia atingiu um grau elevado de entendimento e diálogo com os formuladores de políticas, se comparada ao debate de energia. Ela cita o exemplo do Fundo Amazônia, uma das principais iniciativas do governo para reduzir o desmatamento, e que hoje conta com um conselho formado também por representantes das ONGs. Já na agenda energética, ainda é preciso cavar espaço: “Acho que o debate da Amazônia está mais arraigado na sociedade. As estratégias têm consenso, existe um diálogo. Mas o setor de planejamento energético não passa por uma discussão ampla. Qual foi o debate para elaboração do Plano Nacional de Energia no ano passado? Umas quatro audiências no MME, apresentações em PowerPoint, e o que mais?”, questiona Karen.

Mario Mantovani, coordenador da SOS Mata Atlântica, acredita que este é o momento de as ONGs realizarem a conexão do debate entre governo e sociedade: “Não vejo ninguém falando da questão da comunicação. É cada um no seu *jet set*”, diz Mantovani. “Estou mais preocupado em como nós vamos traduzir isso para chegar à população. Se esses caras (Congresso) não sentirem que a sociedade reconhece o problema, esquece...” Decerto os desafios para cada setor são tremendos, mas sabe-se que toda jornada começa com um primeiro passo chamado decisão. E a decisão começa agora. P22

(PPCDAM), março de 2004

“O Brasil possui uma sofisticada e eficiente estrutura de fornecimento de eletricidade com características bem peculiares”. – *Gerenciamento da geração de energia elétrica por subsistemas: uma abordagem competitiva* – Amaro Olimpio Pereira Junior e Lucio Guido Tapia Carpio – *Perspectiva Econômica Online*, janeiro de 2005

“A fixação do preço mínimo é a primeira de uma série de ações que serão deflagradas ainda este ano pelo MMA com o objetivo de melhorar a capacidade produtiva e de auto-sustentação dos Povos e Comunidades Tradicionais e apoiar a comercialização de produtos extrativistas. O Ministério do Meio Ambiente definiu, por meio da medida provisória (432/08), os dez produtos de extrativismo que terão, já a partir deste ano, a garantia de preço mínimo” – *Press Release do MMA*, Lucia Leão, junho de 2008



ARTIGO

# Peças em movimento

POR Rachel Biderman\*

A sociedade brasileira foi surpreendida com o lançamento da consulta pública do Plano Nacional de Mudanças Climáticas pelo governo federal, cujo prazo para análise foi considerado curtíssimo. O fato foi objeto de grita de alguns atores isolados, como Greenpeace e o colegiado das ONGs do Observatório do Clima, que consideraram o documento desprovido de propostas adicionais às ações existentes hoje no governo, e mais, desconectadas com a necessidade de definir metas para redução de emissões de gases. Para quem não acompanha de perto o processo de formulação das políticas públicas no Brasil em matéria climática, é mais difícil entender a crítica. Vale uma contextualização.

Entre as ações em curso há o esforço do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, colegiado ligado à Presidência da República, com funções consultivas. O secretário-executivo do Fórum, Luiz Pinguelli Rosa, e sua equipe têm percorrido o Brasil para colher contribuições para a construção de uma Política Nacional de Mudanças Climáticas, cujo esforço resultou na proposta de projeto de lei encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional. Há ainda iniciativas de deputados federais que apresentaram PLs sobre o tema, entre os quais o de Mendes Thame é considerado por ambientalistas como o mais completo. Enquanto isso, o Observatório do Clima deu início este ano à construção coletiva

de um documento, por meio de consultas públicas presenciais e on-line, a ser entregue ao Congresso em 26 de novembro, em contribuição para a formulação da política.

Além desses atores, o Ministério do Meio Ambiente conduziu, sob a gestão de Marina Silva, um amplo processo de consulta, no âmbito da Conferência Nacional do Meio Ambiente, que também gerou centenas de contribuições. E, assim que assumiu, o ministro Carlos Minc solicitou à secretária de Mudanças Climáticas, Suzana Kahn, que coordenasse a formulação de um Plano, e um grande esforço foi feito nesse sentido. No entanto, não chegou perto de esgotar o universo de ações factíveis e desejáveis.

Tudo isso é sinal de que o Brasil movimentou-se, e rapidamente, na direção de fixar sua política de clima. O que as ONGs do Observatório do Clima e lideranças como a de Fabio Feldmann tentam demonstrar ao governo, no entanto, é que um plano de tamanho impacto econômico e socioambiental não pode ser feito às pressas. E nem fixado como definitivo, antes da aprovação da Lei de Política Nacional de Mudanças Climáticas, ao qual ficará submetido. Portanto, as ONGs esperam que o governo concentre suas energias na aprovação da lei no Congresso, e, em particular, em uma norma que fixe metas de redução de emissões. P22

\*Coordenadora-adjunta do GVces, facilitador do Observatório do Clima

# O Sol é nosso

Em que pese a ojeriza dos neoliberais, é preciso um planejamento sistêmico do desenvolvimento para que o Brasil vá além dos biocombustíveis na busca de um novo paradigma energético

**O Sol é, e sempre será, nosso**, quaisquer que sejam as vicissitudes da política. No que diz respeito à energia solar, o Brasil poderá contar com uma vantagem comparativa permanente que lhe confere o clima. No entanto, para que esta vantagem se concretize, é necessário potencializá-la pela pesquisa e por investimentos nos equipamentos apropriados. Dada a importância do aproveitamento da energia solar captada pela fotossíntese, convém olhar além dos biocombustíveis e avançar na direção das demais formas de aproveitamento dessa energia.

A revista *Fortune* recentemente assinou uma corrida por parte de várias empresas para adquirir terrenos situados no deserto de Mojave, nos estados da Califórnia, de Nevada e do Arizona, com o objetivo de ali instalar centrais elétricas movidas a energia solar. Os maiores bancos americanos estão

envolvidos e os preços da terra dispararam: antes da última crise financeira, chegaram a US\$ 25 mil por hectare em lugares onde os mesmos terrenos, há poucos anos, não valiam mais de US\$ 1.250.

Segundo estimativas, o mercado da energia solar vai movimentar nos Estados Unidos US\$ 45 bilhões em 2020. A Ausra, uma empresa recém-formada em Palo Alto, anunciou que vai construir projetos de 1 GW por ano. Por sua vez, a OptiSolar, de Hayward, assumiu o controle de mais 40 mil hectares para instalação de usinas fotovoltaicas com potência total de 9 GW. Trata-se de uma mudança significativa de escala, já que a maior usina fotovoltaica em funcionamento é de 15 MW. A empresa espanhola Abengoa, muito ativa no seu país de origem, está montando uma usina de 280 MW no Arizona.

Espanha e Portugal são dois outros

países que apostaram na energia solar. Além disso, na Cúpula Euro-Mediterrânea, realizada em Paris em julho, foi aprovado um plano de aproveitamento da energia solar na África do Norte. Este integraria um esquema ambicioso – e caro, estimado em 45 bilhões de euros – de construção de uma super-rede que permitiria aos países europeus compartilhar a energia elétrica produzida a partir de diferentes fontes renováveis: energia solar na África do Norte, energia eólica no Reino Unido e na Dinamarca, e energia geotérmica na Islândia e na Itália.

## Exuberância no deserto

Em paralelo a esses investimentos já em curso, são desenhados projetos futuristas voltados ao aproveitamento das áreas desérticas. O mais empolgante é o assim chamado Floresta do Saara (*The Guardian*, 2 de setembro), que propõe a

utilização de água de mar e de energia solar para produzir alimentos em estufas construídas no deserto, transformado em trechos de vegetação luxuriante, sem que haja necessidade de cavar poços de água doce e assim exaurir os aquíferos, como ocorreu em várias partes do mundo.

Pilotos já estão funcionando em Tenerife, ilha espanhola na costa do Marrocos, no Omã e nos Emirados Árabes Unidos. O custo relativamente módico de um projeto com 20 hectares de estufas combinadas com usina solar funcionando à base de coletores solares de 10 MW foi estimado em cerca de 80 milhões de euros. Os entusiastas dessa tecnologia estimam que a sua instalação sobre 1% dos desertos existentes no nosso planeta poderia produzir um quinto do consumo total da energia no mundo. Por sua vez, 20 mil hectares de estufas responderiam pela evaporação de 1 milhão de

toneladas de água do mar por dia.

Não tenho competência para avaliar esses números e a rentabilidade dos projetos acima descritos. Mas o seu interesse potencial para o Nordeste semi-árido é evidente, tanto pelo aproveitamento da energia solar quanto pela valorização da água do mar. Neste último contexto, vale a pena assinalar o projeto da Seawater Foundation, realizado no Deserto de Sonora, no México, aproveitando a água de mar trazida por canal para fomentar o cultivo de uma planta – a salicórnia, em certos países conhecida como aspargo-do-mar – que, além de ser um alimento apreciado, presta-se muito bem à extração de biodiesel.

Voltando à fonte solar, em setembro a Conferência Européia sobre a Energia Solar Fotovoltaica reuniu em Valença, na Espanha, 4 mil cientistas de 87 países. A exposição técnica contou com 700 participantes e

milhares de visitantes. Foi provavelmente a maior conferência internacional recente sobre energia.

A aplicação dessa tecnologia está conhecendo taxas de crescimento anual de cerca de 40%. A produção em 2007 foi de 3,8 GW, empregando 70 mil pessoas na Europa e movimentando 9 bilhões de euros. A Associação da Indústria Européia Fotovoltaica (EPIA) considera que essa fonte poderia cobrir em 2020 de 10% a 12% do consumo total da eletricidade na Europa em vez dos 3% atualmente previstos. É que ela está prestes a se tornar competitiva: como já é o caso no Sul da Itália, e deveria ser em 2015 na Espanha e no Sul da França e, em 2020, no resto da Europa.

Esses exemplos servem para mostrar a necessidade de abordar o conjunto das energias renováveis, e não apenas os biocombustíveis, na definição de um paradigma energético sustentável para o Brasil, buscando a melhor combinação das diferentes opções à mão. Para tanto, é necessário reabilitar o quanto antes o conceito de planejamento sistêmico do desenvolvimento, em que pese a ojeriza que lhe tinham os neoliberais. **P22**

*Economista da École des Hautes Études en Sciences Sociales*





| POR Amália Safatle FOTOS Bruno Bernardi

## Hora de trocar o óleo

Previsões que reforçam a velha civilização do petróleo contradizem a necessidade de lançar o sistema econômico-ecológico sobre novas bases. Para o Brasil é a grande oportunidade de liderar a transformação para uma economia de baixo carbono, mas falta uma articulação nacional



**Foi nos intervalos** entre subidas e descidas de avião que o secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas falou a PÁGINA 22. Luiz Pinguelli Rosa, físico, diretor da Coppe, que reúne os cursos de pós-graduação em engenharia da Universidade Federal do Rio Janeiro, sabe que a reengenharia energética necessária ao combate do aquecimento global é mais complexa do que podem dar a entender as mensagens das empresas petrolíferas, por exemplo, em seus *websites*, pontuados por campos floridos e pessoas sorridentes.

“Acabo de desembarcar de um avião, então não vou botar a culpa toda na Shell. A questão é que a sociedade está montada sobre a energia fóssil”, afirma o secretário.

Mas, se o colapso dos mercados serve como um ruidoso *wake-up call* de que o sistema econômico-ecológico em que vivemos no planeta precisa ser relançado sobre novas bases, nada mais fundamental que rever o combustível que deve girar novos motores.

O histórico de relacionamento entre a civilização e sua primordial fonte energética é extenso e íntimo demais para que em um estalar de dedos tome rumos radicalmente diferentes. Tão íntimo que estamos falando de moléculas de carbono, das quais o petróleo é feito tanto quanto nós e demais seres vivos. Entretanto, é justamente o carbono lançado na atmosfera de forma descontrolada que se tornou a maior ameaça da vida na Terra.

Energia altamente concentrada em forma líquida, com ocorrência nos quatro cantos do mundo e capaz de ser utilizado em todos os países, o petróleo prestou-se a mover a economia mundial com escala, preços globais e eficiência. Finito é, mas há controvérsias quanto à data em que se esgotará ou se tornará tão difícil de extrair que até as mais avançadas tecnologias não conseguirão garantir sua viabilidade comercial (*leia texto à página 46*).

Se a oferta é discutível, a demanda, mais cedo ou mais tarde, será objeto de certeza, acreditam alguns especialistas. “Os governos a cada dia vão impor maiores restrições à emissão de gases de efeito estufa, a pressão da opinião pública vai aumentar e o carbono começará a ser ‘precificado’ na cadeia produtiva”, diz Marco Antonio Fujihara, presidente do Instituto Totum, consultoria voltada para a sustentabilidade, e conselheiro superior de meio ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Restrição às emissões,  
pressão da opinião  
pública e “precificação”  
do carbono conspiram  
contra o petróleo

É o caso, cita ele, das “pegadas de carbono” que produtos vendidos nos supermercados ingleses começam a estampar nos rótulos, e colocam no radar do consumidor consciente a quantidade de emissões liberada no processo produtivo de cada item das prateleiras. Para Fujihara, o cenário de restrições ao petróleo e derivados, assim como seus pares fósseis carvão mineral e gás natural, terá uma virada muito rápida. Ele faz um paralelo com

o mercado de alimentos orgânicos, que até cinco anos atrás era praticamente inexistente e já começa a amadurecer, em taxas contínuas de crescimento de 30% ao ano.

Mas tal avaliação não é exatamente a refletida nas previsões de matriz energética divulgadas em documentos como *International Energy Outlook*, com base em informações cedidas pelos países.

#### Tudo como dantes?

Conforme essas estimativas, a participação do petróleo e do gás natural deve cair apenas 4 pontos percentuais em um horizonte largo, passando de 61% para 57% até 2030. É um tanto alívio, ainda mais diante de informações do Programa da ONU para o Meio Ambiente, segundo as quais a emissão de dióxido de carbono nos últimos sete anos supera as piores estimativas do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), enquanto a elevação do nível dos oceanos também supera as previsões.

Hoje, apenas 13% da energia primária produzida no mundo é renovável. Os demais 87% dividem-se em petróleo, gás natural, carvão mineral e energia nuclear. No Brasil, a proporção é de 45% (renovável) para 55%, relação que tende a ficar estável, segundo Leonardo Caio, coordenador-executivo da Pós-Graduação em Negócios de Petróleo, Gás e Combustíveis da Fundação Instituto de Administração (FIA). Por mais que as petrolíferas anunciem sua transformação em empresas de energia, a participação de fontes renováveis nos investimentos totais ainda é diminuta.

“Nós bem que gostaríamos, mas a matriz energética no mundo não vai mudar significativamente em menos de 30 anos”, diz Saul Suslick, diretor do Centro de Estudos do Petróleo (Cepetro), da Unicamp. Isso basicamente por uma questão de escala, explica o professor. Não há ainda substitutos à energia fóssil capazes de atender a uma economia globalizada, por isso não florescem com a força de uma *commodity* como o petróleo. Fontes alternativas

que são sucesso em um país, não o são em outro. “No Brasil, o etanol deu certo, mas na França faltou posto, houve gargalo na distribuição.” Outras fontes não são tão renováveis como parecem. O sol é inesgotável, mas as células fotovoltaicas, pela atual tecnologia, dependem de elementos finitos na natureza, como irídio e ósmio (*mais sobre energia solar à página 34*). A eólica não se presta a qualquer lugar, depende de ventos e, segundo Caio, da FIA, tem um aproveitamento energético baixo, de 20%, em relação a sua capacidade instalada. Para efeito de comparação, o índice de aproveitamento nas grandes hidrelétricas é de 52%, e, nas usinas nucleares, de 95%, em média.

Com isso, a transição para fontes mais limpas deve ser mais lenta que o desejável, e caminhar gradualmente para um portfólio variado de fontes adequadas às particularidades de cada país, diz Suslick, do Cepetro.

É de perguntar o quanto as mudanças climáticas e o agravamento da crise ambiental, ao tocarem fundo nas preocupações humanas, serão capazes de impor um ritmo mais acelerado ao desenvolvimento de alternativas capazes de suprir uma economia de baixo carbono, com tecnologias economicamente mais viáveis e menor consumo de energia.

O governo do Equador, por exemplo, inova ao propor uma forma de geração de valor para a não exploração do petróleo no Parque Nacional de Yasuní, reconhecido pela Unesco como Reserva da Biosfera, dotado de altíssima diversidade biológica – só as espécies de árvores catalogadas somam 644. É a chamada “reprecificação de ativos”, expressão usual nesses tempos de crise, levada às últimas consequências.

A proposta do presidente Rafael Correa, lançada no ano passado – mesmo quando o petróleo ainda estava bem cotado no mercado internacional –, é receber de outros países uma quantia de US\$ 350 milhões por ano, durante dez anos. Em troca, deixará de extrair 1 bilhão de barris de petróleo que dormem sob Yasuní, equivalentes a um quarto das reservas totais do país, e dará garantias de que a floresta será preservada e a comunidade local protegida – além de a emissão de carbono evitada.

Os Certificados de Garantia Yasuní, emitidos pelo governo equatoriano, poderiam ser negociados no mercado europeu de

carbono. Trata-se de uma sofisticada idéia, pois eleva o debate sobre a criação de valor para a conservação a patamares ocupados pelo rentável petróleo. No caso do Brasil, país que também reivindicou – e obteve da Noruega – recursos internacionais para evitar emissões na Amazônia, a moeda de troca é o combate ao desmatamento, uma atividade de baixo valor econômico agregado. Mas, embora a iniciativa equatoriana tenha sido elogiada por países como Alemanha, Espanha e Itália, nenhum acordo foi fechado ainda, para uma proposta que expira no final do ano. E, com as nuvens carregadas espalhando-se nos céus da economia por todo o globo, tem menos chances de sair do papel.

#### Enquanto isso, no Brasil...

O presidente Lula vê a indústria automobilística e o incentivo à compra de veículos como instrumentos para evitar o desaquecimento da economia. Assim, bancos oficiais devem entrar em ação e tornar mais “agressivo” o financiamento ao consumidor.

O pequeno exemplo indica como ainda se recorre a velhos “motores” para acionar a economia brasileira. Pelo que se apurou na reportagem à pág. 22 a respeito do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, a discussão da sociedade sobre o combate ao aquecimento global ainda se concentra muito no desmatamento da Amazônia, enquanto falta uma clara diretriz nacional no tocante à questão energética que conjugue, na opinião de Fujihara, do Instituto Totum, um necessário debate anterior sobre o modelo de desenvolvimento econômico e a política industrial que se almejam para o País.

Com uma matriz energética menos suja que na grande parte do globo, o Brasil pode liderar o desenvolvimento de uma economia mais sustentável e de baixo carbono, neste momento em que o mundo parece disposto a reavaliar modelos.

Mas o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, sentado sobre dados segundo os quais 75% das emissões são geradas pelo desmatamento e apenas 25% pelo consumo de energia, traz propostas consideradas risíveis, como a troca de 10 milhões de geladeiras por modelos mais energeticamente. (E ainda há dúvidas de que essa proporção valha até hoje, pois se baseia no inventário de emissões datado de 1994.) Um ano de emissões evitadas com a troca dos eletrodomésticos equivaleria a

Falta à discussão do clima – centrada no desmatamento – uma clara diretriz sobre política energética



menos de três dias de desmatamento da Amazônia.

Na visão de Celio Bermann, professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da USP, sem uma política pública focada e consistente, o nascimento de uma economia “verde” no Brasil ficará ao sabor do mercado, por enquanto – ou cada vez mais – avesso ao crédito e a riscos de toda sorte. E assim os empregos “verdes” no Brasil pouco irão além dos cortadores de cana. “O colapso dos mercados demonstrou como a participação do Estado é um instrumento importante para superar crises. Isso reforça a ideia de como políticas públicas são fundamentais para o desenvolvimento das energias renováveis, a exemplo de países como Espanha e Alemanha”, diz.

Procurado para falar sobre a construção de uma política energética mais sustentável para o País, o Ministério de Minas e Energia não respondeu até o fechamento desta edição.

### Movidos pelo aperto

Para Leonardo Caio, da FIA, a restrita disponibilidade de energia e a alta dependência de suprimentos de fora levaram a Europa a desenvolver políticas públicas em busca de segurança energética. Já o governo brasileiro, no berço esplêndido dos recursos hídricos, pouco foi impelido a desenvolver outras matrizes renováveis – a não ser nos períodos dos choques do petróleo, em 1973 e 1979, em que a disparada de preços se traduziu em aumento da dívida externa e uma forte desestabilização econômica. “Aí a resposta foi o desenvolvimento do Proálcool”, diz Caio. Esse *know-how*, acumulado durante décadas, possibilitou o sucesso do etanol como alternativa renovável hoje.

Depois dos choques do petróleo, não é à toa que a confirmação da auto-suficiência do Brasil em petróleo em 2006 tenha gerado uma “comoção nacional”, nas palavras de Bermann. “Praticamente não houve voz alguma questionando os impactos do aumento de produção”, diz ele, ao comentar o fato de que o socioambientalismo no Brasil parece menos ativo na discussão da cadeia de petróleo que na dos biocombustíveis ou da energia nuclear, por exemplo.

Entre as exceções estão algumas organizações baseadas no Rio de Janeiro, como a ONG Fase e a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, que acompanham de perto as atividades da Petrobras e também denunciaram graves contaminações nas operações que

a empresa e outras petrolíferas mantinham em áreas indígenas no Equador, no Peru e na Bolívia. E o Movimento Nossa São Paulo, mas que se atém especificamente à luta pela diminuição da quantidade de enxofre no diesel.

“A sociedade civil talvez não esteja bem mobilizada, devido à histórica dependência do petróleo e às visões de que a auto-suficiência é um dado positivo, de que a Petrobras é uma grande companhia e motivo de um certo orgulho do brasileiro”, avalia

Peter May, professor-adjunto do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Para Julianna Malerba, técnica da Fase e membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, o histórico da atuação e criação da Petrobras remete a uma estratégia estatal de romper com a dependência externa de um recurso considerado estratégico para o desenvolvimento econômico do País. “Esse

processo, pertinente do ponto de vista geopolítico, contribuiu muito para que a Petrobras se tornasse um símbolo de soberania e orgulho nacional, que é permanentemente alimentado por uma forte política de apoio a atividades culturais, sociais, ambientais e esportivas”, diz. Segundo o relatório anual de 2007 da Petrobras, a soma dos investimentos nesses projetos chega a R\$ 585,2 milhões.

Na visão de Mauro Passos, diretor-presidente do Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas da América Latina (Ideal), a mobilidade global ainda é tão associada a petróleo e gás que existe uma certa cumplicidade da sociedade. “As pessoas pensam assim: ‘Não quero polemizar porque não sei o que pôr no lugar’”, diz Passos.

Isso, na opinião de Julianna, faz com que a conquista da auto-suficiência e o recente anúncio das descobertas de petróleo na camada pré-sal mobilizem a sociedade e os movimentos sociais para um debate muito mais centrado no controle desses recursos do que em um questionamento sobre a viabilidade social e ambiental de um modelo de desenvolvimento “petrodependente”.

May, da UFRRJ, pondera, entretanto, “que a Petrobras não está sentada esperando o mundo acabar”. Tem, por exemplo, investido de forma significativa em biocombustíveis e outras fontes renováveis, como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs),

A mobilidade é tão associada ao petróleo, que a sociedade age como cúmplice, diz especialista

**Natureza conflituosa** : Como falar de sustentabilidade quando o principal produto é insustentável?

“O mundo produziu 1 trilhão de barris de petróleo até agora. Durante o próximo século, 2 trilhões ou mais devem ser produzidos.” A frase está em uma das páginas da Chevron na *web*, intitulada “Provendo energia para o progresso”. Em outra página, chamada “Energia poupada é energia descoberta”, a mesma empresa, uma das grandes petrolíferas do mundo, estimula o internauta a dar ideias sobre formas de reduzir o consumo de combustível, como dar carona, trabalhar em casa e adensar a cidade.

Como falar de sustentabilidade em um setor cujo produto principal é insustentável? As próprias empresas expõem esse conflito. Entretanto, pertencem a carteiras de índices como o Dow Jones Sustainability, assim como de fundos de investimento socialmente responsáveis mundo afora. “São chancelas que mais dizem respeito a compromissos de ordem social e ambiental por elas assumidos do que à natureza do produto”, diz Celio Bermann, professor do IEE, da USP.

Eugênia Buosi, analista do *asset management* do Banco

Real, afirma que a Petrobras tem padrões de sustentabilidade acima dos de suas pares internacionais, alcançados por fortes investimentos após acidentes com vazamentos e explosões de plataformas. “O problema mais relevante hoje é o enxofre no diesel”, diz ela. “A operação de Urucu, na Amazônia, é o estado-da-arte em sustentabilidade.”

A Petrobras, entretanto, não compõe a carteira do fundo Ethical, do Real. Não que o petróleo faça parte da lista de exclusão, explica o gestor Pedro Villani, mas porque o conselho do fundo vetou a entrada, ao considerar itens como natureza do produto, governança corporativa, impactos ambientais e parcela insignificante de investimento em energias renováveis.

A estatal está preparando, no entanto, um plano pelo qual deve se posicionar em relação às mudanças climáticas. Segundo informações transmitidas pela assessoria de imprensa, a companhia assumiu o compromisso de evitar a emissão de 21,3 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente no período 2007-2012.

eólica e solar. Em termos absolutos, sem dúvida. Mas e relativos? Em seu relatório anual, a empresa prevê investimentos de R\$ 2,4 bilhões até 2012 em projetos de renováveis. Ao mesmo tempo, estima aporte de 1,5 bilhão – nesse caso em dólares – para a construção de dutos, alcooldutos e programas de biodiesel. Mas são valores até modestos, diante dos US\$ 112,4 bilhões em investimentos totais previstos no plano 2008-2012, destinados a transformar a Petrobras em uma das cinco maiores empresas integradas do mundo – cifra que não inclui investimentos na exploração do petróleo recém-descoberto abaixo da camada de sal, por enquanto adiada em função da crise econômica e da queda do preço do petróleo.

Procurada pela reportagem desde o dia 13 de outubro, a Petrobras não conseguiu atender ao pedido de entrevista até a data de fechamento desta edição, apenas enviou algumas informações sobre ações que vem tomando para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, combater o desperdício e aumentar sua eficiência (quadro à página 43).

A questão da dependência do petróleo, como lembra Juliana, não se refere apenas à mobilidade e ao papel das empresas, o que remete à afirmação de Pinguelli, do Fórum Nacional de Mudanças Climáticas, no início desta reportagem. “Mesmo que haja uma crescente pressão para redução de emissões e para que as empresas assumam sua responsabilidade nisso, o próprio governo tem apostado no desenvolvimento de atividades produtivas dependentes de petróleo, como a produção agroindustrial em grande escala para exportação, intensiva em petroquímicos”, diz ela.

### Água fria no pré-sal

Até que a bolha dos mercados estourasse e o preço do barril despencasse pela metade em poucos meses, o noticiário brasileiro abordava poucos assuntos que não fossem o pré-sal – o petróleo depositado a 7 mil metros do nível do mar, em uma camada formada há mais de 115 milhões de anos, que elevariam o Brasil do 24º lugar para uma posição entre os dez maiores produtores de petróleo do mundo, e fariam as reservas saltar dos atuais 14 bilhões para 50 bilhões de barris.

Mesmo antes de a exploração ser adiada, cresciam dúvidas sobre seu efetivo retorno comercial, diante de desafios tecno-

lógicos que ainda precisam ser conhecidos e superados. Ainda assim, o governo federal sinalizou melhorias sociais que seriam alimentadas com recursos da exploração, e propôs a criação de uma empresa estatal à parte, destinada apenas à operação do pré-sal, embora a Petrobras há mais de 30 anos buscasse tecnologia para chegar a essas descobertas. “Houve um uso político da exploração e a tentativa de carimbar o pré-sal como um feito do atual governo”, diz Suslick, do Cepetro.

Mas a euforia com o pré-sal ao menos serviu para discutir a distribuição de riquezas geradas pelo petróleo, e um debate foi criado sobre o recebimento de *royalties*. Concentrados nas cidades produtoras, acabam reforçando as desigualdades socioeconômicas no País. Segundo Suslick, o grande volume de recursos que entra rapidamente em um município acaba “enfeitando” os dirigentes, que mal sabem o que fazer com a dinheirama. “Acabam construindo portais na cidade, esquecendo-se de que o recurso do *royalty* deve ser gerido de forma sustentável, por exemplo, investido em educação, de forma que seus benefícios sejam permanentes no momento em que o petróleo acabar.”

Mais que impactos ambientais causados pela emissão de carbono, por vazamento de óleo, pelo uso de recursos finitos, a exploração energética deve ser avaliada sob a ótica da concentração de riquezas e poder. “Fóssil ou não, o grande problema da energia é de que forma é controlada, isso já dizia Jeremy Rifkin, em *A Economia do Hidrogênio*”, afirma Fujihara, do Totum. Rifkin, presidente da Foundation on Economic Trends, propôs a criação de um modelo energético descentralizado e democrático, como forma de uma nova organização política da sociedade.

“A indústria da energia no Brasil sempre foi concentradora, fosse elétrica ou petrolífera”, diz Passos, do Ideal. Fontes renováveis são alternativas também a esse modelo concentrador. “Veja o exemplo das PCHs. Com elas, a energia hidrelétrica começa a ter o rosto da descentralização. Já não atrai grandes empreiteiras, e sim empresas mais regionais, e isso traz toda uma nova cultura.”

Novas culturas trazem arrepios ao investidor avesso a mudanças de *status* e em fuga de qualquer risco. Mas, uma vez que os velhos mercados ruíram, trincas maiores que essas não podem ocorrer.

Fontes renováveis são alternativas também ao modelo concentrador da energia no Brasil

# ECO Business Show 2008

A better world to live

25 a 27 de novembro de 2008

Centro de Exposições Imigrantes  
Feira: 13h00 às 22h00  
Congresso: 9h00 às 18h00  
São Paulo - SP

## Sustentabilidade na prática

Venham conhecer as empresas que se destacam em ECO Business  
Valores | Cases | Resultados



## Negócios e Cidades Sustentáveis

Congresso e Feira que visam mostrar, estimular práticas e ações efetivas para as novas demandas sócio-ambientais. Estratégias para preservar e lucrar.

Evento Gratuito

## Público Alvo

Empresários, executivos, consultores e profissionais das áreas: ambiental, administração, jurídica, qualidade, saúde, engenharia, projetos, marketing, comunicação, gestão de pessoas e de outras atividades estratégicas.  
Educadores, acadêmicos, pesquisadores e jornalistas.  
Governos, entidades empresariais e sociais, associações públicas e privadas. Ongs, estudantes universitários e outros públicos interessados no tema.

**Congressista - Inscreva-se já**  
**Expositor - Reserve seu espaço**

[www.ecobusinessshow.com](http://www.ecobusinessshow.com)  
Informação | Programa | Inscrição  
55 11 3081-8860 e 3061-9866  
[contato@ecobusinessshow.com](mailto:contato@ecobusinessshow.com)

### Realização e Organização



### Parceria Técnica



### Certificação



### Patrocínio



### Apoio Governamental



### Apoio Internacional



### Apoio Institucional



### Apoio



### Imprensa



# A pergunta de 65 trilhões de dólares

Apesar de controverso, o debate sobre o pico da produção de petróleo indica que a saída energética para o mundo é diversificar **POR Flavia Pardini**

**Há vários argumentos** sobre por que os investimentos em energias alternativas e suas tecnologias sofrerão com a crise financeira cuja face mais visível é o estouro da bolha das hipotecas nos EUA: da falta de crédito para novos empreendimentos, passando pelo desestímulo na forma de preços mais baixos para o petróleo e o gás natural, até a velha retórica de que não é possível dar-se ao luxo de optar por formas caras de energia em meio ao que pode ser uma depressão mundial. Estas análises não só ignoram que a queima de combustíveis fósseis e as mudanças climáticas são irmãs siamesas, mas esquivam-se de uma discussão que vai além da visão imediatista do mercado – o *peak oil*, ou pico da produção de petróleo, a pedra-mestra da economia global.

O primeiro alerta de que a oferta de combustíveis fósseis é finita foi soado em 1949 pelo geofísico americano Marion King Hubbert, então pesquisador da Shell, que estimou em 2 trilhões de barris a quantidade de petróleo no mundo. Hubbert mostrou que, depois de descobertas reservas em uma dada região – um campo individual ou todo o planeta –, a produção aumenta exponencialmente devido à maior extração e ao incremento na quantidade e na eficiência da infra-estrutura necessária. Em al-

gum ponto, a produção atinge seu pico e começa a declinar, até que o recuo também se torne exponencial. Em 1956, Hubbert estimou que o pico da produção de petróleo dos EUA chegaria no início da década de 70.

“Quase todo mundo, dentro e fora da indústria do petróleo, rejeitou a análise de Hubbert”, relata o geólogo Kenneth S. Deffeyes no livro *Hubbert's Peak*. “A controvérsia correu solta até 1970, quando a produção americana de óleo cru começou a cair. Hubbert estava certo.”

Dadas as bases construídas por Hubbert, a discussão passou a abranger o pico da produção mundial de petróleo e a opor, basicamente, dois campos: de um lado os chamados “cornucópios”, que defendem que mais recursos naturais se tornam disponíveis à medida que seus preços sobem ou se desenvolve mais tecnologia, e de outro os “catastrofistas”, que prevêem o fim da era do petróleo barato, com efeitos dramáticos para o mundo.

A discórdia é resumida em uma aposta, feita em agosto de 2005, entre o investidor Matthew Simmons, autor de um livro que prevê o colapso da economia mundial a partir do pico do petróleo na Arábia Saudita, e John Tierney, colunista do *The New*

*York Times*. Depois ler uma entrevista de Simmons, Tierney o desafiou e ambos acordaram os termos da aposta: se a média dos preços do barril de petróleo ao longo do ano de 2010 for de US\$ 200 (ajustados à inflação) ou mais, Simmons leva US\$ 10 mil mais juros. Se for inferior, Tierney fica com a bolada. O resultado será conhecido em 1º de janeiro de 2011.

### Uma janela de tempo

O petróleo que alimenta a economia – usado não apenas para movimentar carros e aviões, mas para produzir alimentos e manufaturar a miríade de produtos que define a vida moderna – é resultado de uma combinação de fatores físicos que não acontece todo dia: a existência de uma camada de rochas sedimentares, contendo matéria orgânica, que esteve em uma profundidade, grosso modo, de 2,2 a 4,5 quilômetros, submetida a temperaturas em torno de 180°C durante milhões de anos.

Tais condições favorecem as reações químicas que quebram as cadeias de hidrocarbonetos – constituídas de átomos de hidrogênio e carbono – presentes na matéria orgânica e formam desde o óleo usado para fazer gasolina até o metano, principal ingrediente do gás natural. Por isso o petróleo é tão distinto das cadeias de hidrocarbonetos produzidas por plantas e animais, como, por exemplo, a “cera” em nossos ouvidos.

“Há condições geológicas que quase garantem que mais exploração será um desperdício de dinheiro e esforço”, escreve Deffeyes. Quando as empresas de petróleo escolhem um local para exploração, estão buscando evidências de que a geologia daquele lugar reúne as condições necessárias e, muitas vezes, apenas parte delas está presente. Não há déficit de produto no mercado que faça com que a Terra acelere o processo de formação do que chamamos de petróleo, lembra o autor de *Hubbert’s Peak*. É por isso que ele é considerado não-renovável – a oferta futura depende de milhões de anos de atividade geológica.

### Sob pressão

Os defensores do pico do petróleo afirmam que o problema não é o fim do petróleo disponível no mundo, mas o aumento na dificuldade de extração. Quando se perfura um poço, a pressão faz o petróleo subir quase sem esforço, explica o site *The Oil Drum*, mantido por cientistas e estudantes de pós-graduação. Quando a pressão cai, torna-se necessário injetar gás para repressurizar o poço. Finalmente, quando tal técnica não é mais suficiente, o petróleo é lentamente bombeado para cima. Além disso, as companhias de petróleo tendem a explorar primeiro os melhores campos, deixando os menores ou mais desafiadores para depois.

A produção de uma área tende a aumentar até

que aproximadamente metade do petróleo tenha sido extraído e, então, começa a declinar, como ocorreu nos EUA e em outras regiões, com exceção do Oriente Médio. O pico das descobertas de novos reservatórios foi atingido em 1964 e, desde então, foram encontrados poucos campos considerados grandes. Um deles é o de Tupi, na Bacia de Santos, que contém de 5 a 8 bilhões de barris de óleo – o suficiente para atender a demanda mundial por cerca de três meses.

Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), a produção mundial aumentou cerca de 20% de 1995 a 2005, alcançando 84,7 milhões de barris por dia. Em 2006 foram produzidos 85,5 milhões e, em 2007, 85,6 milhões de barris diários. Para alguns, o pico já passou – Deffeyes, por exemplo, diz que ele ocorreu em 2005 – e o mundo está vivendo em um platô antes que a produção comece a declinar. Outros, como o britânico Colin J. Campbell, previram que o pico ocorrerá antes de 2010. Em 2000, Campbell fundou a Associação para o Estudo do Pico do Petróleo e do Gás, uma das organizações mais ativas na tentativa de alertar o público sobre o fim do petróleo barato.

Do outro lado, pesquisadores como Peter McCabe, da CSIRO, entidade governamental da Austrália que serve a indústria, defendem que a idéia do pico é equivocada por não levar em consideração fontes não-convencionais como o xisto betuminoso, novas tecnologias para explorar campos dados como “mortos” e descobertas de novas fontes de petróleo convencional. “Porque a extração de novos recursos torna-se viável à medida que os preços sobem, não é possível estabelecer uma quantidade finita de recursos energéticos que estará disponível no futuro”, escreveu McCabe. Por este ponto de vista, o formato da curva de produção do petróleo é determinado pela demanda e não pela disponibilidade de recursos naturais.

### Depois do pico

Os preços vêm subindo desde 2003 e, em julho de 2008, ultrapassaram os US\$ 140 por barril, fazendo velhos inimigos do pico do petróleo reverem posições. Foi o caso de Daniel Yergin, presidente da Cambridge Energy Research Associates (Cera), consultoria famosa por rebater as previsões catastrofistas do fim do petróleo barato. Até mesmo a AIE – que reflete os interesses de seus membros, os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – passou a alertar quanto à escassez. Em julho, seu economista-chefe, Fatih Birol, admitiu que o pico do petróleo “ocorrerá um dia, mas não sabemos quando”. A produção de petróleo convencional por nações fora da Organização dos Países Exportadores



A produção de petróleo, para um lado do debate, é função do preço. Para outro, é resultado de milhões de anos de atividade geológica



de Petróleo (Opep) provavelmente atingirá seu auge em breve, acrescentou, mas restarão as reservas do cartel e fontes não convencionais – cuja extração não depende de poços, caso do xisto, dos óleos pesados e da areia de alcatrão.

No mercado de apostas do *peak oil* estão em jogo nada menos do que os US\$ 65 trilhões da economia global. Os que apostam em energias alternativas podem sofrer fortes emoções, porque seus investimentos voltaram – diante do recuo do preço do barril para cerca de US\$ 60 em outubro – a ser considerados arriscados. Os que apostam em esticar a dependência da queima de combustíveis fósseis... estes se esquecem de que ela tem uma irmã siamesa.

P22

FOTOS **Christiana Carvalho**

# Equilíbrio atemporal

Há algo de antártico no Saara. E algo de desértico no continente gelado. Mesmo

**Para a filosofia tradicional chinesa, Yin e Yang.** Para a psicologia analítica, *Animus* e *Anima*. Seja na natureza, seja no interior das pessoas, a convicção de que a existência é composta de duas forças antípodas que se equilibram é atemporal. E é também o que ilustra o ensaio de Christiana Carvalho, resultado de uma incursão de dez anos a bordo de um navio, com passagem pela Antártida e uma viagem solo ao Egito.

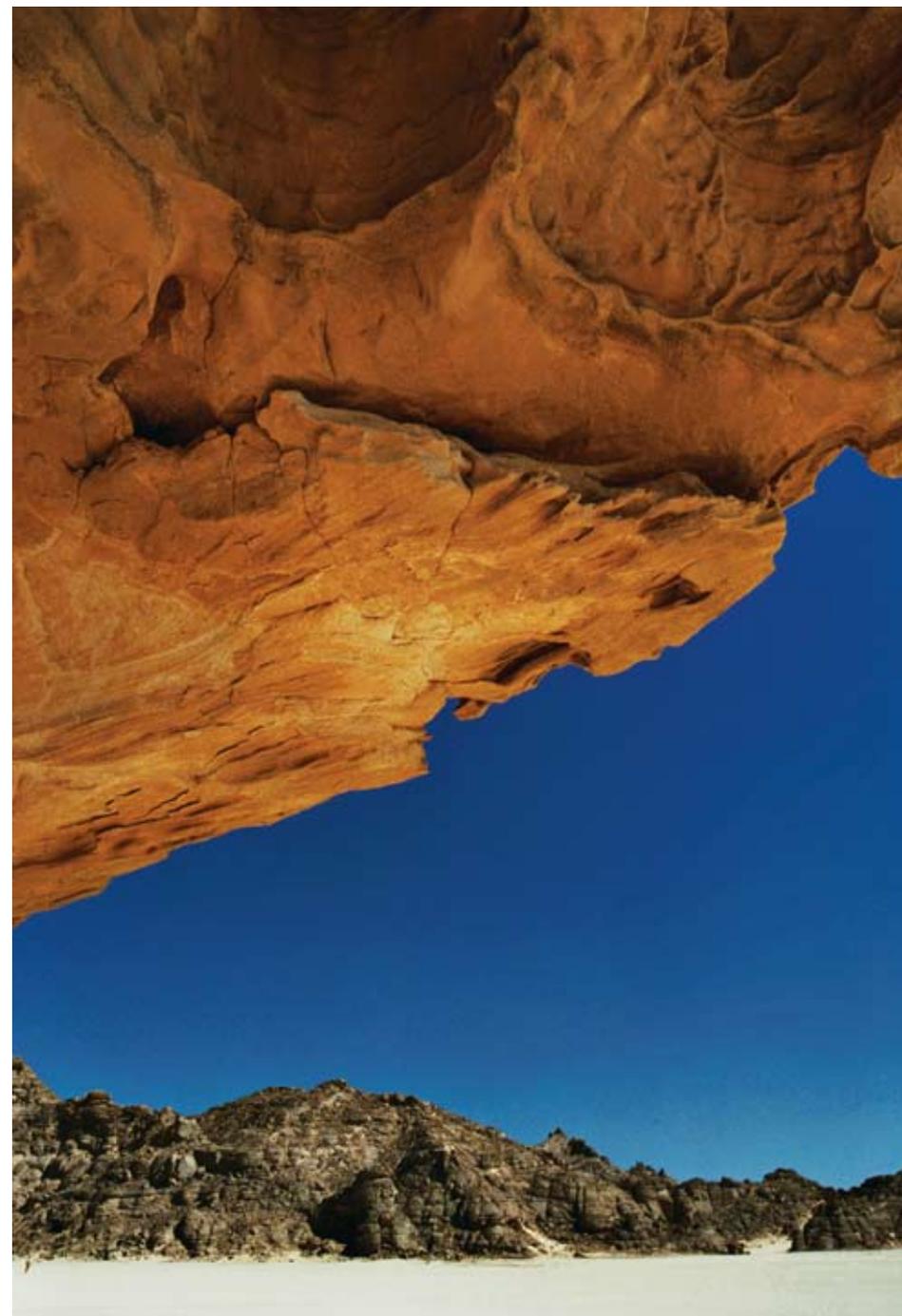
Só quando retornou das viagens foi que a fotógrafa percebeu a semelhança de formas e texturas entre as duas paisagens. Já a oposição não se dá apenas pelo elementar quente e frio, mas pela dualidade que Christiana chama de “masculino-feminino”. Na Antártida, predominariam os contornos agudos e protuberantes e, no Saara, as formas curvas e sinuosas. Esculpidos pelas mesmas forças naturais, os desertos de gelo e de areia traduzem a essência de uma natureza interligada.



em oposição, as belezas naturais ensinam que o mundo tem uma só essência







# A melhor vida a nosso alcance

POR Ana Cristina D'Angelo

O estica-e-puxa da felicidade é ginástica talvez parecida com a do mercado de ações. Quem sabe é preciso derrubar tudo para fazer tudo de novo?

O calor que começa a derreter a alma nestes últimos meses do ano pode vir acompanhado da sensação de impotência diante do consumo do Natal ou da ansiedade da perda de dividendos com a crise financeira. Ou nada disso, pode servir para um bom bronzeado junto dos amigos, amores, família, trocando os presentes possíveis, muitas vezes gargalhadas guardadas dos primeiros meses, quando o trabalho duro tomou conta da vida de maneira que, entre acordar e dormir, pouco sobrou para festa.

Dinheiro não traz felicidade, mas compra boa parte dela – o ditado popular incorporado até em propaganda de cartão de crédito volta sempre a mesa de bar, artigo de revista, tema de seminário. Afinal, discutir felicidade é a própria reflexão sobre o que é importante na vida. A melhor vida a nosso alcance. Sob o risco de a discussão até mesmo a deixar, a tal felicidade, escapular. Mas vamos em frente, porque há muita aflição.

O estica-e-puxa da felicidade vira in-

côgnita, é solucionado, volta a complicar, uma ginástica talvez parecida com a do mercado de ações. Quebradeira financeira vira uma boa hora de ver aquele “para onde caminha a humanidade”, pensando que crise é hora de balanço. Quem sabe é preciso derrubar tudo para fazer de novo? O.k. Sabemos que não há interrupção possível, o budismo, o rio, as estações, nosso corpo apontam para o movimento contínuo.

Mas, e agora, que tínhamos ficado tão desenvolvidos – antes de a bolha estourar,

o Brasil era recomendado para investidores! –, estudados e locupletados, a tranquilidade não chegou e doenças de nomes estranhos, como bipolaridade e seus derivados, aparecem como se isso fosse normal? Que o digam os próprios agentes do mercado financeiro, onde a crise incidiu para espalhar medo e pavor ao redor do globo.

Uma pesquisa com 162 profissionais de investimento e analistas durante os meses de maio e junho de 2008, um pouco antes da turbulência global, mostra a precariedade da saúde dessas pessoas que vivem de acompanhar o vaivém das ações. Os problemas mais comuns acometidos por analistas e profissionais de investimento são deficiências visuais, dores na coluna, travamento dos dentes, gastrite. Em geral, tomam algum tipo de medicamento. A depressão e a ansiedade atingem 29% deles, principalmente os mais jovens, com idade média de 35 anos, talvez em razão da competitividade que assola este mercado que passou a ser a referência da riqueza do mundo.

E se humanizássemos a riqueza? Pois tem gente propondo um novo medidor. O conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB) foi inventado no Butão em 1986, quando um jornalista questionou o jovem rei Jigme Singye Wangchuk pela baixa taxa do PIB de seu país. O rei, então, espontaneamente respondeu: “A Felicidade Interna Bruta é mais importante do que o Produto Interno Bruto”. E, desde aquela época, a FIB tornou-se a métrica para planejar o desenvolvimento econômico do Butão. Uma palhinha da aplicação da FIB no cotidiano dos butaneses: lá, um guarda de trânsito com luvas brancas, em vez de semáforos, orienta os carros, e ele se abriga em uma



O colóquio entre amigos, o “desaprendimento”. E a

espécie de coreto no meio da rua.

A psicóloga e antropóloga Susan Andrews, entusiasta da FIB no Brasil, acha que, nos últimos anos, esse conceito tem se tornado cada vez mais atraente, dadas as preocupações com o aquecimento global, os altos níveis de estresse e doenças psicossomáticas. “Nossa contínua devoção ao crescimento econômico a qualquer custo, em vez de melhorar nossas vidas, gera desigualdade e insegurança.

Recentes pesquisas revelaram que o mero crescimento econômico não está nos tornando mais felizes. Susan cita como exemplo países que experimentaram crescimentos econômicos notáveis que não se refletiram em melhorias na vida das pessoas. “Nos EUA, onde o PIB triplicou desde os anos 1950, o nível de felicidade na verdade declinou. No Japão, a renda *per capita* quadruplicou entre 1958 e 1986, sem que houvesse qualquer aumento na felicidade. Em um número cada vez maior de países, as taxas de alcoolismo, suicídio e depressão têm crescido dramaticamente, mesmo quando seus cidadãos continuam acumulando cada vez mais coisas.”

Interessante é que a FIB começa a conquisar a ONU – vamos considerar que o

órgão ainda é uma entidade supranacional, a despeito de ter permitido a invasão de um país como o Afeganistão. As metas do milênio que as Nações Unidas estabelecem para saúde, educação, proteção ambiental demandariam um novo medidor de desenvolvimento, segundo Susan. Ou seja, considerar o bem-estar psicológico e a manutenção do equilíbrio da vida será mais importante nas próximas décadas, séculos, milênios.

#### Substantivo feminino

Uma visão mais holística do mundo também chega às universidades. A PUC-SP mantém o Núcleo de Estudos do Futuro, reunião de pensadores e estudiosos de temas parecidos com os levados em conta para aplicação da FIB. Uma das integrantes, Rosa Alegria, levanta outra suspeita da insatisfação com o desenvolvimento em que chegamos.

Ele é masculino, fruto de uma época em que se desconsideravam as mulheres. “Tenho pensado na proximidade construtiva entre o universo feminino, desvalorizado pela lógica do capitalismo, e os novos modelos de desenvolvimento, pautados pela colaboração entre seres, comunidades,

certeza de que, após um certo limite, felicidade e riqueza não andam juntas

idades e nações”, escreve em um artigo.

“Há muito o que ser reparado e reconstruído pela ótica e pela realidade da mulher. O ônus da devastação ecológica e do crescimento irresponsável se faz refletir com mais força nas mulheres, provedoras de gerações futuras. Não há melhor momento do que este para vivermos a experiência redentora de um mundo pós-desenvolvido pautado pelos valores femininos. O desenvolvimento do crescimento ilimitado não pode justificar a destruição dos recursos naturais e prejudicar a qualidade de vida da humanidade, em nome do crescimento do PIB.”

E, para o futuro desejado, tudo sopra em direção a características muito próprias do universo feminino: a inclusão, a integração, o cuidado e o acolhimento. Justo as mulheres, que ainda sofrem desproporcionalmente o peso da pobreza, ao representar 70% dos analfabetos e daqueles que vivem à margem da economia.

Nas artes, inúmeros poderiam assinar a proposta de feminilização do mundo. Mas, aproveitando o sucesso e a beleza da adaptação feita pelo cineasta Fernando Meirelles, cito os dois, Meirelles e José Saramago. *Ensaio Sobre a Cegueira* e *Blind-*

ness depositam na mulher a dignidade, a humanidade e a força otimista.

Diante do caos da epidemia de cegueira e o vale-tudo em que se transforma o lugar, somente uma mulher cuida e briga pelo bem-estar dos outros. Nas duas obras, a dignidade nem raspa nos homens, como observa o crítico de cinema André Nigri. Claro, livro e filme são alegorias do que é e não é capaz de ser humano em situações-limite, a própria essência da experiência humana, e de maneira alguma essa é uma sugestão de ressuscitar uma passadista luta de gêneros.

#### Simples assim

Ken O'Donnell, presidente do conselho do Instituto Vivendo Valores, faz análise simples e certa da busca da felicidade. Para ele, o autoconhecimento é a chave do bem-estar geral (*entrevista à página 60*). O desafio é ter a oportunidade ou a sorte de expressar nossos melhores valores, o que nos deixaria mais próximos da desejada felicidade. “Eu, por exemplo, tenho um traço artístico, sou músico, tenho uma sensibilidade musical, o que não deixa de ser um valor, uma coisa que eu valorizo. Agora imagine eu viver sem

poder expressar essa musicalidade. A pessoa, ao conhecer o que tem de bom, de especial, o que pode oferecer ao mundo, quando encontra como e onde fazer isso, acaba se alinhando.”

No final de um livro interessantíssimo, *Felicidade*, o economista e filósofo Eduardo Giannetti deposita boa parte do bem-estar no colóquio entre amigos. Quase assim: um grupo de amigos começa a se reunir para debater a felicidade. Mudam as regras, eliminam o álcool, vão incrementando o debate, e ela estava bem ali, a cada encontro entre pessoas queridas.

De novo Giannetti, no livro *O Valor do Amanhã*, diz que o aumento de riqueza não significa aumento de felicidade ou bem-estar. Quer dizer, um sujeito muito rico não é necessariamente mais feliz do que o de classe média. Existe um teto material para além do qual felicidade e riqueza não caminham mais juntas.

Entre os clássicos, *Um Coração Simples* é uma pequena obra Gustave Flaubert, tendo como protagonista a criada Felicité. Para Flaubert, as pessoas simples, de pouco estudo (o que não significa burrice), são mais felizes. Ele faz um contraponto da Felicité no último e inacabado romance que deixou, chamado *Bouvard & Pecuchet*. Trata-se de dois copistas que se retiram para o campo e começam a estudar e copiar todas as ciências e filosofias, mas terminam tão ignorantes e infelizes como começaram.

A pimenta dos poetas para completar. Manoel de Barros, um dos maiores, aconselha o “desaprendimento” por pelo menos seis horas ao dia, esta é a posologia de felicidade do poeta nascido em Cuiabá, e vivido lá entre as águas do Pantanal. **P22**



# O lado humano da crise

| POR **Amália Safatle**

**Químico industrial de formação**, é na condição de consultor empresarial que Ken O'Donnell lida com a busca de uma essência por trás da matéria. Mas nem tanto esotérico assim. Diretor para a América do Sul da organização Brahma Kumaris, que atua na área de desenvolvimento humano, O'Donnell está falando de valores, crenças e idéias que constituem a parte invisível, mas fundamental, de um *iceberg*. “A crise financeira é, de fato, uma crise de valores e de consciência”, marcada pela arrogância e pela ganância. Trabalhar no presente para melhorar o sistema em que vivemos e não destruí-lo, mais que uma forma de reduzir incertezas no futuro, é a receita da realização pessoal e profissional, diz o consultor, que também preside o conselho do Instituto Vivendo Valores.

**Que trabalhos o senhor desenvolve no Instituto Vivendo Valores e quais seus objetivos?** O objetivo do instituto é aprofundar o tema de valores humanos nos diversos âmbitos. Começou com um programa para ensinar professores, especialmente da rede pública, a como trabalhar valores com as crianças – esse é um projeto realizado em quase 70 países, em parceria com o Unicef. Só no Brasil, esse programa deve ter chegado a 500 mil alunos. O programa também envolve monitores que trabalham com menores de rua, atua em hospitais para humanizar o atendimento médico, e em organizações corporativas.



BRUNO BERNARDI

**Quais são esses valores, exatamente?** Nos hospitais, por exemplo, é a paciência com os pacientes. Mais sensibilidade, responsabilidade, carinho. Na escola, paz, limpeza, responsabilidade, liberdade, mas tudo isso de forma muito dinâmica e lúdica. E, nas organizações – este é um programa que levamos à frente em diversos países –, trabalhamos para que os valores deixem de ser considerados como objeto. Então, em vez de respeito, colocamos respeitar, em vez de liderança, ser líder, trabalhar em equipe, confiar, cultivar, dialogar, ser responsável, inovar, ser ético.

**Momentos como este, de colapso financeiro com reflexos na economia e da consciência da crise ambiental global, são os mais propícios para reavaliar as formas como a sociedade se organizou e para questionar valores?** Momentos de crise são sempre grandes oportunidades para fazer uma reavaliação. Por exemplo, somos uma sociedade que descarta, desperdiça muito, e é extremamente antieconômica. Então, a forma pela qual levamos nossa economia acumulou uma dívida massiva. Aliás, a crise ecológica, se realmente passamos do limite, como afirmam os cientistas, vai deixar a crise financeira em segundo plano, pois ela é impagável. Então, precisamos de uma forma mais “barata” de fazer as coisas, mais eficiente, buscar saídas mais rápidas. Ser rápido e ser eficiente também são valores, e todos esses valores têm um impacto sistêmico. O problema não é apenas a parte visível de um *iceberg*, com base na qual você decide modificar os investimentos, injetar dinheiro, reorganizar isso, acumular aquilo. O problema é a parte debaixo do *iceberg*, que está levando o todo:

são as crenças, são as idéias, entre as quais estão a cultura de desperdício, a cultura do ganhar rápido. A crise financeira, então, é, de fato, uma crise de valores, de consciência. E eu não vejo nenhuma mudança de direção a uma nova consciência neste momento. É a maior oportunidade da História para fazer isso, mas a arrogância reina, a ganância reina.

**Mas as crises não levam a mudanças? E é sempre preciso que ocorram crises para que haja mudanças profundas?** Se você olhar a História, verá que as mudanças aconteceram por causa da necessidade. Nunca houve uma mudança significativa quando tudo estava indo bem. Muita gente está falando em uma linguagem apocalíptica, mas acredito no seguinte: ninguém sabe como será o mundo, estamos com uma grande nuvem no horizonte, mas o que eu, indivíduo, nas minhas relações no trabalho, posso fazer agora? Se eu melhorar minha condição em relação a tudo e as coisas em minha volta piorarem, certamente estarei preparado para enfrentar essa situação pior. Mas, se o futuro for melhor e eu não fizer nada, não poderei abraçá-lo. Então, sempre convém se preparar em termos de consciência. É urgente construir uma economia sustentável. O problema é que precisamos ter uma visão de longo prazo, para investir, por exemplo, em programas

de energia alternativa, mesmo que hoje essa energia custe mais. Se de um lado a sustentabilidade fica em segundo plano, de outro, a força das circunstâncias é oportunidade para fazer outra coisa: apertar o cinto e investir naquilo que vai nos salvar.

**Na sua opinião essas mudanças vêm apenas da pressão, da necessidade, ou dependem de uma evolução da consciência e de valores?** A pressão sempre antecede uma mudança de consciência. Não acredito que as pessoas mudem só por boa vontade, são poucas as que fazem isso. As próprias pessoas que falam muito de sustentabilidade, se você olhar sua forma de viver, não são exatamente sustentáveis. Como o ecologista que fuma. Nossos próprios hábitos têm de ser revistos neste momento. Temos pessoas assustadas e outras vendo o resultado de uma mentalidade que chegou a seu fim. Acho que essa crise vai acelerar o processo de mudanças, de busca de uma sociedade com menos desperdício. As pessoas mais inteligentes reconhecem que podem aproveitar o atual momento para mostrar esse outro lado.

Certamente haverá uma parada no desenvolvimento de carros, por exemplo, movidos a ar comprimido e outras tecnologias. Os que têm uma visão de curto prazo vão cortar gastos, mas os que têm a visão de longo prazo vão investir naquilo que acabará nos ajudando. Mas tudo isso passa por valores como a coragem, a determinação, a persistência, a frugalidade.

**Para o senhor, quais são as principais falhas dos modelos vigentes de organização da sociedade?** Chegamos a esta situação principalmente por ganância e por arrogância. Muita gente queria ganhar dinheiro rápido, mesmo correndo o risco e sem garantia. Muita gente apostou suas economias de vida nisso. Nosso planeta dá suporte a mais de 6,5 bilhões de pessoas e vai abrigando 70 milhões a cada ano, e com um nível de consumo completamente desenfreado. Eu interpreto o que aconteceu como uma sacudida do sistema, uma mensagem dele próprio dizendo: “Olha, gente, não dá para continuar dessa forma”. Então, os nossos esforços pela sustentabilidade ganharam um estímulo muito grande. Menos gente vai usar seus carros, e isso é ótimo. As pessoas não vão comprar tanta comida cara, e vão comprar a granel, por exemplo. Estamos questionando o que é sucesso hoje em dia. O sucesso verdadeiro é você estar bem consigo mesmo. Ter somente o que precisa, e não mais que isso. Isso é um sucesso.

**Como os valores que estão por trás desta crise financeira se refletem na realização pessoal dos profissionais, na busca da felicidade?** Quanto mais conhecemos a nós mesmos e aos nossos valores, temos mais idéia do que somos capazes e para que servimos. Mas, se por várias razões não conseguimos expressar esses valores, a felicidade vai embora, ou pelo menos fica distante.

Eu, por exemplo, tenho um traço artístico, sou músico, tenho uma sensibilidade musical, o que não deixa de ser um valor, uma coisa que eu valorizo. Agora imagine eu viver sem poder expressar essa musicalidade. A pessoa, ao conhecer o que tem de bom, de especial, o que pode oferecer ao mundo, quando encontra como e onde fazer isso, acaba se alinhando.

**Como comunicar a um público de perfil empresarial a necessidade de buscar esses valores? Há uma resistência por parte dele por considerar essa conversa algo “piegas” ou “esotérico”, ou de livro de auto-ajuda?** Com certeza, se você começa a falar simplesmente sobre a importância de valores nas empresas, a reação é de ceticismo. Mas existem argumentos extremamente favoráveis à prática de valores nesse ambiente. As pesquisas do instituto Great Place to Work e outros mostram isto. A lista da “melhor empresa para trabalhar” sai todo ano em cerca de 30 países, inclusive no Brasil. Para entrar nessa lista, há uma pesquisa feita junto aos funcionários para saber o que eles chamam de “índice de confiança”, que é definido por cinco valores humanos. O primeiro é credibilidade – é quando os chefes fazem o que falam. O segundo é a imparcialidade – ser tratado pelo chefe sem favoritismo, sem corporativismo –, o terceiro, ser tratado com respeito, o quarto, ter orgulho pelo trabalho que faz, e o quinto, se há clima de camaradagem entre as pessoas que estão trabalhando juntas. Esses são indicadores de um bom lugar para trabalhar. As pesquisas que este instituto fez comparando 57 empresas que estavam na lista entre 1990 e 2000 nos

EUA com outras 57 empresas parecidas que não entraram na lista, mostraram que os retornos financeiros das companhias do primeiro grupo foram quatro vezes maiores. Então, há argumentos para a prática de valores que são nitidamente financeiros. Eu mesmo trabalhei em uma empresa no Brasil, a Nutritional, na qual desenvolvemos vários valores durante quatro anos, e as vendas subiram 100%, o que parece pouco, mas o faturamento subiu 500%, pois o custo de operação foi reduzido enormemente. Passou a haver menos rotatividade, menos custos médicos, porque as pessoas não estavam tão estressadas, menos reuniões, mais trabalho, porque as pessoas decidiam mais rápido, melhores candidatos aparecendo para as vagas, menos absentismo. Então, essa é uma decisão extremamente racional.

**Isso também é uma forma de governança?** Eu conheço empresas nas quais as reuniões acontecem com as pessoas em pé, pois as decisões são tomadas rapidamente. Já outras empresas vivem o tempo todo em reunião, e não fazem muito, e sim falam em fazer muita coisa. Então, é uma forma de governança, sim.

**O objetivo final de toda essa discussão sobre valores é a busca da felicidade? (Leia Crônica à pág. 56)** Qual atividade humana,

mesmo as que são um conjunto de ilusões, não tem como objetivo buscar a felicidade? Ninguém busca deliberadamente ser triste. A tristeza acaba vindo quando não estamos fazendo as coisas da melhor forma que podemos.

**O que se entende por felicidade e o que ela tem a ver com sustentabilidade?** A felicidade, de certa forma, é quando você está conseguindo se sustentar, de maneira auto-suficiente. É quando estou sobre meus pés, quando não dependo de ninguém, quando sou mais livre. A felicidade tem a ver com a liberdade. Agora, à medida que vou me vendendo e vou dependendo disso, daquilo, daquele objeto, a felicidade deixa de existir, vira preocupação.

**Mas e a interdependência, que é um conceito fundamental da sustentabilidade e dos sistemas, não contradiz essa noção?** Tem razão em questionar isso, mas eu gosto de uma nova palavra que é a “inter-independência”, ou seja, estou livre, mas estou consciente das minhas interdependências. Se sou parte de um sistema, e estou fazendo algo para não destruí-lo – ou, ao contrário, se estou fazendo algo positivo para o meio – essa inter-independência se transforma na base da felicidade.

**Na sua visão, a felicidade pode ser medida por meio de indicadores como a Felicidade Interna Bruta? Como no Butão?** Acho que sim, pois mesmo com base em temas subjetivos podemos criar critérios. Por exemplo, eu reúno minha equipe e entre nós definimos quais são os indicadores de uma relação harmoniosa. Pode ser, por exemplo, o número de vezes que a gente grita uns com os outros, o número de vezes que a gente elogia conscientemente uns aos outros. E também posso fazer isso individualmente: como vou definir felicidade para mim mesmo? Significa que me sinto bem comigo, que estou fazendo alguma coisa útil para o mundo, que nos meus relacionamentos estou conseguindo corresponder às necessidades verdadeiras dos outros. E posso fazer isso em grupo: “Gente, o que é ser feliz aqui na nossa equipe?” Ai todos opinam e vamos colocar essas definições em uma carta de princípios e ações.

**A incerteza em relação ao futuro é uma das causas de sofrimento? Se o futuro é sempre incerto, como se pode sentir felicidade?** Volto a dizer o que disse antes. Eu não sei o que é o futuro, se será pior ou melhor. Se for pior, estou fazendo meu esforço para melhorar o relacionamento comigo mesmo e com os outros. E, se for melhor, estarei ainda mais preparado. Independente de futuro, se estou fazendo esforços, isso me ajuda agora mesmo. Então, não tenho a nada a perder melhorando. Em vez de ficar sofrendo pela incerteza do futuro, é melhor concentrar-se no presente, pois o futuro não está apenas nas minhas mãos. Eu faço o melhor que posso hoje, e isso também acaba reduzindo as incertezas sobre o futuro.

Estamos questionando o que é sucesso hoje em dia. É ter somente o que precisa, não mais que isso

Se sou parte de um sistema e faço algo positivo para o meio, isso se transforma na base da felicidade

# Ética da emboscada

Ações de ecoterrorismo no mundo afora chamam a atenção para causas ambientais e o direito dos animais. Uma acaba de receber aval da Justiça. Mas até que ponto seriam aceitáveis?

**Seria a sabotagem válida** para promover os valores da ética e da sustentabilidade? Um número surpreendente de militantes da causa ambiental e do direito dos animais parece acreditar que sim. E uma decisão recente da Justiça inglesa lhes deu razão.

Em setembro, um tribunal do condado de Kent concedeu ganho de causa a ativistas do Greenpeace que invadiram e picharam uma termoelétrica a carvão, causando prejuízos no valor de 35 mil libras. O júri concluiu que é legítimo danificar a propriedade alheia se isso puder evitar um dano ainda maior – no caso, o aquecimento global. A usina emite 20 mil toneladas diárias de gás carbônico, mais que a soma

dos 30 países menos poluidores.

Ações como esta são mais comuns do que se imagina. Em junho, a Frente de Libertação dos Animais incendiou veículos e instalações da Charles River, um grande criadouro de cobaias da região de Lyon, na França. No ano passado, a Tecniplast, fabricante de gaiolas da mesma região, sofreu ataque semelhante.

O Bite Back, um website apócrifo baseado na Califórnia, traz fotos e depoimentos de gente que se gaba de seus atos de ecossabotagem, sem identificar quem são os autores. Ele registra centenas de episódios de liberação de animais de matadouros e laboratórios, com veracidade difícil de comprovar. Sobre o ataque à Tecniplast, podemos ler: “Quando entramos no edifício, foram necessários menos de cinco minutos para garantir que a celebração fosse inescutível... O fogo se espalhou rapidamente. Que espetáculo esplêndido iluminou a noite!” E ameaçaram: “Isto é só um aviso. A Tecniplast ainda não viu nada...”

## Panetones envenenados

É difícil colocar todas as ações dessa natureza num só saco. Algumas pratica-

mente não usam violência, como o ato do Greenpeace em Kent, mas outras são extremamente agressivas. É o caso de uma operação do braço italiano da Frente de Libertação dos Animais, que em 1998 anunciou que havia envenenado panetones produzidos pela Nestlé, em um protesto contra a decisão da empresa de adotar trigo transgênico em suas receitas. A ação obrigou a empresa a recolher o produto, a um custo superior a US\$ 30 milhões.

Esse terror natalino se afasta da tradição da desobediência civil que originou a maioria dos atos de ecossabotagem. Um bom exemplo do uso da não-violência na militância é dado pelas ações navais do Greenpeace, que já no início dos anos 70 posicionava suas embarcações de modo a bloquear a passagem de baleeiros ou impedir testes nucleares.

Um dos maiores propagandistas desse tipo militância, o escritor anarquista Edward Abbey, ganhou fama no fim dos anos 50 com o lema: “Mantenha a beleza dos EUA... queime um outdoor”. Seu *best-seller The Monkey Wrench Gang*, de 1975, tem até hoje um batalhão de seguidores. Um dos seus personagens é visto ajoelhado no topo de uma barragem, rezando para que um terremoto destrua esta “rolha” que freava o Rio Colorado. O romance, aliás, deve virar

filme em breve, com Richard Dreyfus e Jack Nicholson nos papéis principais.

Mas, como se viu no episódio dos panetones, nem todos os ecossabotadores se limitam a bloquear estradas ou orar pela intervenção da força da natureza. O grupo mais notório por sua militância agressiva é o Sea Shepherd, dissidente do Greenpeace que ganhou fama em 1986, quando dois dos seus ativistas causaram um prejuízo de US\$ 1,8 milhão a uma fábrica de processamento de carne de baleia de Reykjavik, capital da Islândia, além de afundarem dois navios baleeiros – outros US\$ 2,8 milhões em perdas.

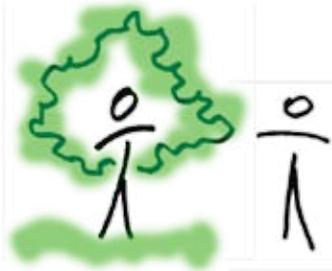
Práticas extremadas como essas são freqüentemente classificadas como ecoterrorismo – conceito inadequado, porque esses ativistas costumam respeitar a vida, ao contrário dos terroristas convencionais. Mas o FBI não vê distinção. A agência já declarou que o ecoterrorismo é a principal ameaça terrorista originada dentro das fronteiras americanas. Tremei, devastadores e torturadores de animais!

*\*Jornalista especializada em meio ambiente*



## Os 10 pecados da maquiagem verde

Esta lista é baseada no relatório *Greenwash Guide*, produzido pela agência de comunicação britânica Futerra e publicado em julho de 2008. A versão na íntegra está disponível em [www.futerra.uk.com](http://www.futerra.uk.com). P22



### 1. CONVERSA MOLE

Palavras ou termos sem significado claro. Exemplo: "Amigo do meio ambiente".

### 2. PRODUTOS "VERDES" VERSUS EMPRESAS "SUJAS"

Tais como lâmpadas eficientes produzidas em fábricas que poluem os rios.



### 3. IMAGENS SUGESTIVAS

Aquelas que remetem à natureza, indicando benefícios ambientais injustificados. Exemplo: escapamento de carro que cospe flores.



### 4. ALEGAÇÕES IRRELEVANTES

Enfatizar um minúsculo atributo sustentável, quando todo o resto é insustentável.



### 5. O MELHOR DOS PIORES

Declarar práticas minimamente superiores às dos concorrentes, quando a conduta de todo o setor, na verdade, é uma porcaria.



### 6. SIMPLEMENTE NÃO DÁ

Alguém topa um cigarrinho "verde"? Dotar de méritos ambientais um produto perigoso não o torna mais seguro.



### 7. PALAVRÕES E NUMERALHA

Jargões ou informações que apenas especialistas podem checar e compreender.



### 8. AMIGO IMAGINÁRIO

Selo ou logotipo que parece indicar endosso de organizações respeitáveis... só que é pura invenção.



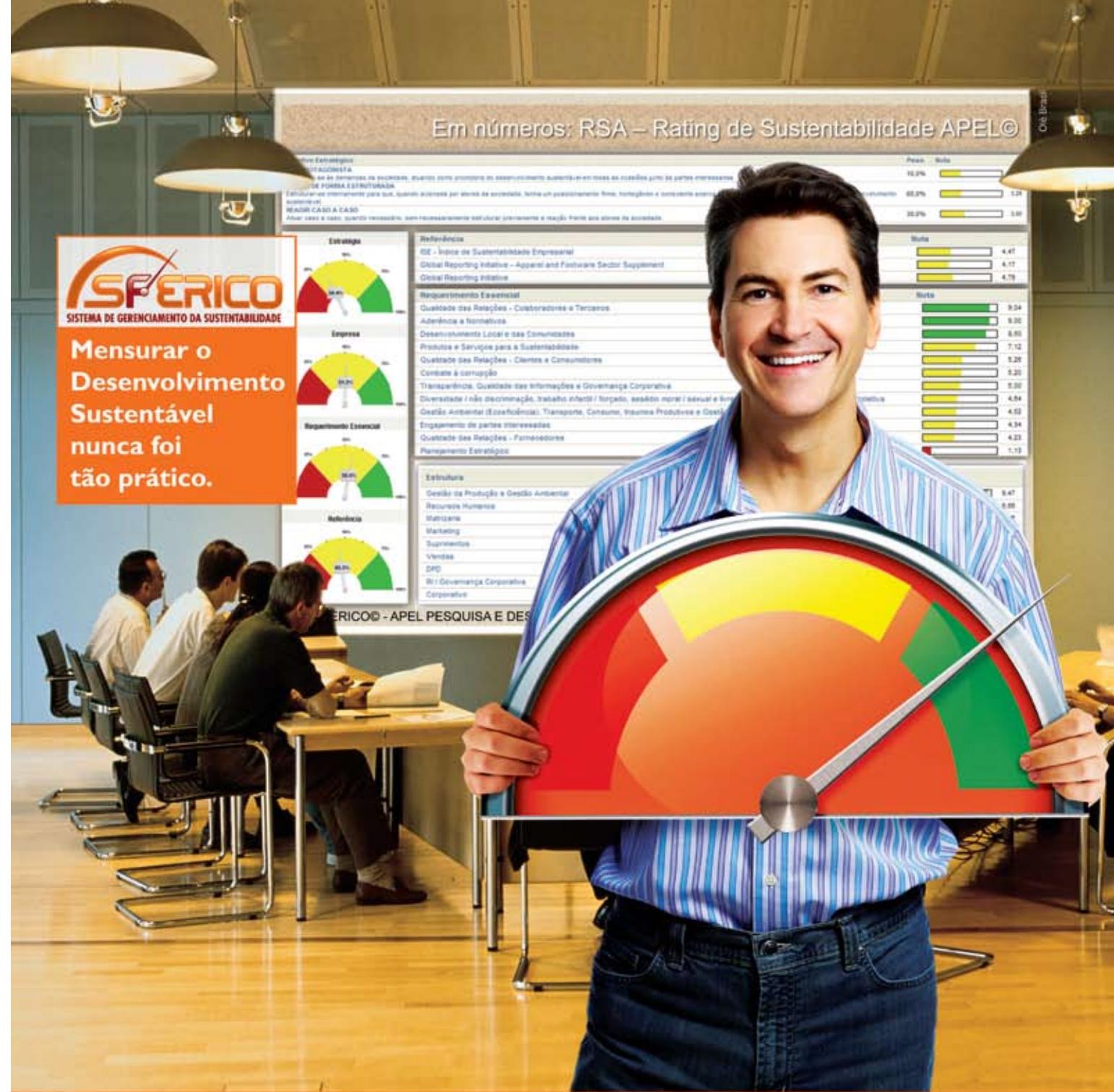
### 9. NÃO HÁ PROVAS

A propaganda até poderia estar correta, mas onde estão as evidências?



### 10. MENTIRA DESLAVADA

Alegações e dados totalmente fabricados.



**SFERICO**  
SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA SUSTENTABILIDADE  
Mensurar o Desenvolvimento Sustentável nunca foi tão prático.

Em números: RSA – Rating de Sustentabilidade APELO

Item	Meta	Atual
Índice de Sustentabilidade Empresarial	10,0%	10,0%
Global Reporting Initiative – Apparel and Footwear Sector Supplement	10,0%	10,0%
Global Reporting Initiative	10,0%	10,0%
Requisito Essencial	10,0%	10,0%
Qualidade das Relações – Clientes e Terceros	10,0%	10,0%
Adesão a Normativas	10,0%	10,0%
Desenvolvimento Local e das Comunidades	10,0%	10,0%
Produtos e Serviços para a Sustentabilidade	10,0%	10,0%
Qualidade das Relações – Clientes e Consumidores	10,0%	10,0%
Combate à corrupção	10,0%	10,0%
Transparência, Qualidade das Informações e Governança Corporativa	10,0%	10,0%
Diversidade / não discriminação, trabalho infantil / forçado, trabalho escravo / sexual e físico	10,0%	10,0%
Gestão Ambiental (Específicas): Transporte, Consumo, Insumos Produtivos e Gestão	10,0%	10,0%
Engajamento de partes interessadas	10,0%	10,0%
Qualidade das Relações – Fornecedores	10,0%	10,0%
Planejamento Estratégico	10,0%	10,0%

Para aperfeiçoar a gestão em sustentabilidade da sua empresa, a APEL desenvolveu um sistema que responde com precisão às necessidades e diretrizes estratégicas: o **Sférico - Sistema de Gerenciamento da Sustentabilidade**. Através de um painel de controle de simples visualização são apresentados os ratings de análises quantitativas e qualitativas acerca da sustentabilidade na gestão da empresa. Diferentes recortes de análises facilitam a identificação dos caminhos a serem percorridos para que o modelo de maturidade em sustentabilidade seja alcançado. O Sférico permite também associar os conceitos e práticas consideradas referências às ações do dia-a-dia para todas as áreas e processos da empresa, orientando e mensurando de forma objetiva as melhorias necessárias e possíveis no modelo de gestão, além de favorecer um entendimento claro da situação atual e de simular resultados futuros com base nos impactos positivos que trarão ao desenvolvimento sustentável. Além disso, disponibiliza um ambiente no qual sua empresa instrumentaliza o seu processo de escolhas estratégicas, garantindo a alocação de recursos no que é relevante e material para o negócio, para a sociedade e para o meio ambiente.



Para mais informações, acesse: [www.apelconsult.com.br/sferico](http://www.apelconsult.com.br/sferico)

# Eficiência, avanço social, resultados econômicos e preservação do meio ambiente são coisas da mesma natureza.



Só pode haver prosperidade se o crescimento financeiro estiver fundamentado na ética e no desenvolvimento sustentável. Na Natura, buscamos colocar essa crença em prática. Nossa eficiência deve estar ligada ao avanço social de nossas consultoras, colaboradores e diversas comunidades com as quais nos relacionamos. Nossos resultados econômicos devem andar com a conservação ambiental e a inclusão social. O Projeto Carbono Neutro é um exemplo dessa atuação. Um conjunto de ações e parcerias adotado para neutralizar nossas emissões de carbono. Cobrindo desde a extração de matérias-primas até o descarte de produtos. Com o aperfeiçoamento dos processos internos, reduzimos as emissões em 7% já em 2007, ano de implantação. Em cinco anos, a redução será de 33%. As emissões que não pudermos evitar serão compensadas por meio da associação com projetos agroflorestais e de reflorestamento, resultando também em melhor qualidade de vida para as comunidades locais. Estimulando e apoiando novas parcerias, aprendendo com elas. Adotando iniciativas inclusivas e transformadoras em sua cadeia produtiva. É assim que a Natura busca criar valor para a sociedade.